

Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2018, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

Em 2019, a CPFL Renováveis cumpriu com sua agenda estratégica e seguiu trabalhando em iniciativas de valor e no seu plano de investimentos, com disciplina financeira, empenho e comprometimento de suas equipes.

O ano de 2019 foi marcado, especialmente, pela conclusão do processo de integração das atividades administrativas da CPFL Renováveis no modelo organizacional do Grupo CPFL Energia, reforçando ainda mais o compromisso com o crescimento e criação de valor para seus acionistas, com o fortalecimento de potenciais sinergias entre as empresas. Adicionalmente, com a conclusão da aquisição, a CPFL Energia passou a deter 99,94% da CPFL Renováveis (46,76% diretamente e 53,18% por meio da CPFL Geração).

Em 19 de dezembro de 2019, a CPFL Energia e a CPFL Geração comunicaram, por meio de Fato Relevante, que o Conselho de Administração da CPFL Energia e a Diretoria da CPFL Geração aprovaram, naquela data, a realização de oferta pública de aquisição das ações ordinárias de emissão da CPFL Renováveis, em circulação no mercado, para fins de conversão de seu registro de companhia aberta categoria "A" para categoria "B", a ser realizada pela CPFL Geração, acionista controladora direta da CPFL Renováveis. A efetivação da OPA está condicionada ao seu registro pela CVM e sua autorização pela B3, e será destinada à aquisição de até 291.550 ações ordinárias de emissão da CPFL Renováveis em circulação no mercado, que representam apenas 0,06% do capital social CPFL Renováveis. A CPFL Geração solicitou à CVM e à B3, em 20 de dezembro de 2019, o registro da oferta mediante a adoção de procedimento diferenciado, com a dispensa de elaboração de laudo de avaliação. Todos os demais termos e condições aplicáveis à OPA estarão descritos no Edital da OPA, submetido à análise e aprovação da CVM e da B3.

A CPFL Renováveis compreende os empreendimentos de geração renovável do grupo CPFL Energia, sendo líder neste segmento. A capacidade instalada da CPFL Renováveis é de 2.133 MW.

Reconhecida por seus processos de gestão fundados na excelência operacional, a CPFL Renováveis e as empresas nas quais detém participação reafirmam o compromisso de ampliar sua capacidade de geração baseada em fontes limpas e renováveis, com investimentos considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das comunidades em que atuam.

2. Comentário sobre a conjuntura

Ambiente macroeconômico

Após três anos de forte contração entre 2014 e 2016, período marcado por diversas turbulências políticas, a economia brasileira engrenou uma recuperação lenta e irregular em 2017, 2018 e 2019.

Alguns choques se abateram sobre a economia brasileira em 2019. Cabe citar a tragédia de Brumadinho, que levou a forte queda da extração de minério de ferro; a continuidade da recessão argentina, que prejudicou as exportações brasileiras, especialmente de manufaturados; e a própria desaceleração da economia e do comércio mundiais. Em essência, foram os mesmos fatores que impuseram uma retração à produção da indústria em 2019, a despeito do crescimento da demanda doméstica.

Com o ritmo muito moderado da economia, a ociosidade dos fatores de produção permaneceu bastante elevada, o que se refletiu em níveis muito baixos da inflação (especialmente das suas medidas de núcleo). Este contexto, somado à consolidação da perspectiva de aprovação da reforma da Previdência, acabou por levar o Banco Central a voltar a flexibilizar a política monetária, levando os juros a novos patamares mínimos históricos (tanto em termos reais como nominais), ao longo do segundo semestre.

A aprovação da reforma da previdência, que evitará forte escalada dos gastos previdenciários a longo prazo, consolidou a visão de que estaria em curso uma queda estrutural das taxas de juros, de forma que a curva de juros, como um todo, sofreu uma forte correção, com recuo das taxas longas.

O impulso monetário, consoante à injeção pontual de recursos na economia (FGTS, PIS-PASEP, 13º do Bolsa Família), começa a tracionar a economia ao final de 2019. Dados melhores são vistos no crédito, comércio, em alguns segmentos de serviços e da indústria. Até mesmo a construção civil, segmento que sofreu as consequências da crise de forma mais profunda e prolongada, emite os primeiros sinais de certa recomposição.

A queda de juros no front doméstico levou também à troca de financiamentos externos (mais caros) por crédito doméstico, isento de risco cambial e mais acessível neste momento de expansão monetária - não apenas via sistema bancário, mas, também, e crescentemente, pelo mercado de capitais. Concomitantemente ao aumento das captações via emissões de ações e títulos, cresceu a demanda por dólares no mercado à vista para quitação das dívidas junto aos credores internacionais, o que levou a alguma pressão sobre a cotação do real. Nada capaz de alterar as projeções de inflação ou as perspectivas para a política monetária.

2019 se encerra, assim, com a economia ganhando tração e efeitos defasados da expansão monetária ainda por serem verificados. A inflação sofre os efeitos da mudança de preços relativos das proteínas, reflexo do repentino encolhimento do rebanho suíno chinês - mas esse elemento não suscita preocupação no horizonte relevante de política monetária. O Copom sinaliza que agirá com cautela, de modo que a taxa Selic deverá recuar pouco ou nada em 2020.

As projeções apresentadas pelo próprio Banco Central vão na direção de manutenção do baixo patamar dos juros por tempo prolongado. Enquanto o diferencial diminuto de juros internos/externos reduz o apetite do investidor em renda fixa, o diferencial de crescimento deve se traduzir em incentivo à entrada de recursos externos no país para investimentos, contendo depreciações adicionais da moeda e podendo até mesmo trazer moderada apreciação. O próprio ambiente internacional tende a contribuir para um ano de maior interesse por países emergentes, e a recente revisão da perspectiva do rating brasileiro pela S&P corrobora essa melhora de expectativa.

A diluição de incertezas observada neste final de ano sugere que 2020 pode ser um ano de menor tensão e volatilidade nos mercados, com reflexos benignos sobre a nossa economia. No entanto, os riscos de recrudescimento de incertezas nos parecem ainda relevantes. No cenário externo, as eleições norte-americanas prometem trazer momentos de tensão, bem como a

própria precariedade do acordo recém-saído do forno entre EUA e China. No front doméstico, o risco de recrudescimento de tensões políticas também não é desprezível, lembrando que a agenda econômica pós-Previdência é mais difusa. Por fim, é preciso alertar que há dois "bodes fiscais" que podem trazer incômodo no curto prazo. O primeiro é a situação dos entes subnacionais: são poucos os estados que têm comprometimento menor do que 90% das receitas com despesas correntes (e o episódio recente da cidade do Rio de Janeiro, que suspendeu pagamentos, é exemplo do ambiente delicado em que o chamado pacto federativo será conduzido). O outro é o teto de gastos públicos: se não for flexibilizado, seu cumprimento exigirá esforço fiscal draconiano (sobretudo a partir de 2021), com potencial efeito restritivo sobre a economia.

Assim, as expectativas para o crescimento da economia brasileira continuam apontando para uma recuperação em ritmo maior do que o atual. A mediana das projeções das instituições de mercado antecipa uma aceleração do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,1% em 2019 para cerca de 2,2% em 2020¹. A demanda externa enfraquecida e as medidas de ajuste fiscal, que pesam sobre o consumo do governo e sobre o investimento público, tendem a limitar a velocidade da recuperação no curto prazo.

3. Desempenho operacional

A CPFL Renováveis é líder no segmento de energia renovável e atua nas quatro fontes: eólica, biomassa, PCH e solar. Em 31 de dezembro de 2019, o portfólio da CPFL Renováveis totalizava 2.133 MW de capacidade instalada em operação, compreendendo 40 PCHs (453 MW), 45 parques eólicos (1.309 MW), 8 usinas termelétricas a biomassa (370 MW) e 1 usina solar (1 MW).

Estamos constantemente avaliando novas oportunidades para explorar investimentos em projetos de geração renovável adicionais. Temos um portfólio total de 2,9 GW de projetos de geração renovável a serem desenvolvidos nos próximos anos e atualmente temos 110 MW em construção:

PCH Lucia Cherobim: projeto localizado no Estado do Paraná, tem previsão de entrada em operação em 2024. A capacidade instalada é de 28,0 MW e a garantia física é de 16,6 MWmédios. A energia foi vendida por meio de contrato de longo prazo no leilão de energia nova (A-6) de 2018. (Preço: R\$ 189,95/MWh - dezembro de 2019).

Parques Eólicos do Complexo Gameleira: os parques eólicos Costa das Dunas, Figueira Branca, Farol de Touros e Gameleira, localizados no Estado do Rio Grande do Norte, têm previsão de entrada em operação em 2024. A capacidade instalada é de 81,7 MW e a garantia física é de 39,4 MWmédios. Houve um aumento na potência instalada, de 61,3 MW para 81,7 MW, que se deve à otimização de potência do aerogerador. Parte da energia (12,0 MWmédios) foi vendida por meio de contrato de longo prazo no leilão de energia nova (A-6) de 2018. (Preço: R\$ 89,89/MWh - dezembro de 2019).

4. Desempenho econômico-financeiro

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

¹ Dados da pesquisa Focus do Banco Central do Brasil, referentes à 26/02/2020.

Receita operacional: a receita operacional bruta foi de R\$ 2.043 milhões em 2019, representando uma redução de 0,1% (R\$ 1 milhão). As deduções da receita operacional foram de R\$ 115 milhões em 2019, representando um aumento de 6,3% (R\$ 7 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 1.928 milhões em 2019, representando uma redução de 0,4% (R\$ 8 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA): o EBITDA é uma medida não contábil calculada pela Administração a partir da soma de lucro, impostos, resultado financeiro e depreciação/amortização. Essa medida serve como indicador do desempenho do *management* e é habitualmente acompanhada pelo mercado. A Administração observou os preceitos da Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, quando da apuração desta medida não contábil.

<i>Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA (R\$ mil)</i>		
	2019	2018
Lucro Líquido	107.024	118.806
Depreciação e Amortização	645.722	623.109
Resultado Financeiro	403.634	504.125
Contribuição Social	17.836	(1.647)
Imposto de Renda	29.316	(35.628)
EBITDA	1.203.532	1.208.763

A Geração Operacional de Caixa, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 1.204 milhões em 2019, representando uma redução de 0,4% (R\$ 5 milhões), devido à redução de 0,4% (R\$ 8 milhões) na receita líquida. Esta redução foi parcialmente compensada pelas seguintes reduções: (i) de 0,2% (R\$ 1 milhão) no custo com Energia Elétrica; e (ii) de 0,6% (R\$ 2 milhões) em PMSO (despesas com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros Custos/Despesas Operacionais).

A redução de 0,6% (R\$ 2 milhões) no PMSO decorre dos seguintes efeitos:

- ✓ Aumento de 12,3% (R\$ 13 milhões) nas despesas com pessoal;
- ✓ Redução de 21,3% (R\$ 6 milhões) nas despesas com material;
- ✓ Aumento de 20,0% (R\$ 34 milhões) nas despesas com serviços de terceiros;
- ✓ Redução de 39,6% (R\$ 43 milhões) em outros custos/despesas operacionais.

Lucro líquido: a CPFL Renováveis apurou lucro líquido de R\$ 107 milhões em 2019, representando uma redução de 9,9% (R\$ 12 milhões), refletindo a redução de 0,4% (R\$ 5 milhões) no EBITDA, o aumento de 3,6% (R\$ 23 milhões) na depreciação e amortização e a variação de R\$ 84 milhões nas contas de Imposto de Renda e Contribuição Social. Estas variações foram parcialmente compensadas pela redução de 19,9% (R\$ 100 milhões) nas despesas financeiras líquidas.

Destinação do Lucro Líquido do Exercício: os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o artigo 202 da Lei nº 6.404/76; para o exercício de 2019, a Administração da Companhia apurou que o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 era decorrente do resultado positivo de equivalência patrimonial (não realizado) e, desta forma, resolveu constituir o montante que corresponde aos dividendos mínimos obrigatórios (25%) para reserva de lucros a realizar, conforme abaixo:

	R\$ mil
Lucro líquido do exercício - Individual	96.628
Realização do resultado abrangente	3.683
Lucro líquido base para destinação	100.310
Reserva legal	(4.831)
Reserva de lucros a realizar	(22.949)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(72.530)

Endividamento: no final de 2019, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Renováveis atingiu R\$ 5.005 milhões, uma redução de 10%.

5. Investimentos

Em 2019, foram investidos R\$ 126 milhões, destinados principalmente à construção da PCH Lucia Cherobim e dos parques eólicos do Complexo Gameleira (Costa das Dunas, Figueira Branca, Farol de Touros e Gameleira).

6. Mercado de capitais

A CPFL Renováveis, com 0,06% de suas ações em circulação no mercado (*free float*), tem suas ações negociadas no Brasil (B3). As ações da CPFL Renováveis (CPRE3) encerraram o ano de 2019 cotadas a R\$ 18,50, o que representa valorização de 14,6% em relação à cotação do final exercício de 2018.

7. Sustentabilidade e responsabilidade corporativa

A CPFL Renováveis desenvolve iniciativas que buscam gerar valor compartilhado entre a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir para a melhoria das condições econômicas, sociais e ambientais nas áreas de abrangência. Alinhados ao planejamento estratégico do Grupo CPFL, os compromissos e as diretrizes de atuação visando promover o desenvolvimento sustentável devem ser incorporados aos processos decisórios e ações, conforme destaques a seguir.

Plano de sustentabilidade: definição da estratégia de sustentabilidade com foco em três pilares – Energia sustentável, Soluções inteligentes e Valor compartilhado com a sociedade – e em habilitadores fundamentais para nossa atuação - Ética, Transparência, Desenvolvimento de pessoas e inclusão, com compromissos públicos e iniciativas de valor em diversas áreas da empresa, contribuindo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Plataforma de sustentabilidade: ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano de Sustentabilidade.

Comitê de sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar o Plano e a Plataforma de sustentabilidade, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para o desenvolvimento sustentável da empresa.

Mudança do Clima: atuamos com foco estratégico em negócios de baixo carbono e projetos que visam combater a mudança climática e seus impactos, nas frentes de Gestão de Emissões de GEE, Gestão de riscos e oportunidades, Inovação, Engajamento e divulgação.

Gestão socioambiental: em 2019, a CPFL Renováveis realizou inventário de emissões de gases de efeito estufa referente ao ano de 2018, integrante do inventário da CPFL Energia. Em paralelo, cada empresa controlada desenvolveu projetos para mitigar os impactos socioambientais de seus empreendimentos, com destaque para:

Sistema de Gestão Integrado (SGI): No âmbito das ações de Gestão Ambiental dos empreendimentos da CPFL Renováveis, em 2019 a empresa avançou na padronização e elaboração das normativas relacionadas ao transporte de cargas perigosas e no desenvolvimento contínuo do Sistema de Avaliação de Requisitos Legais Aplicáveis – SOGI, implantando ferramentas para verificação mais eficiente das normas aplicáveis ao negócio. Com as ferramentas implantadas, foi aplicado o primeiro ciclo de inspeções ambientais nas usinas em operação. Cabe destaque a PCH Dourados, na cidade de Nuporanga, São Paulo, onde foi realizado um investimento de R\$ 400 mil para instalação de melhoria no sistema de vedação da máquina, aumentando a eficiência do equipamento e diminuindo drasticamente o consumo de água de 60 para 20l/min.

Execução de Programas Socioambientais: Nos projetos em operação, em 2019, foram realizados cerca de 72 monitoramentos de Avifauna e Querópteros, 74 campanhas de monitoramento de fauna terrestre, 6 campanhas específicas de herpetofauna, 44 campanhas de Ictiofauna, 9 campanhas específicas de mastofauna, 2 campanhas de malacofauna (mexilhão dourado) e 28 ações de monitoramento da qualidade da água e limnologia. Também foram realizadas 80 ações de educação ambiental, envolvendo todas as regiões aonde a empresa atua.

Adicionalmente, foram feitas ações do Plano Básico Ambiental Indígena Tremembé de Almafala-PBAI, que fazem parte das obrigações legais do processo de licenciamento ambiental do Complexo Eólico Pedra Cheirosa, localizado no município de Itarema-CE. Quanto aos projetos em implantação, no Complexo Eólico Gameleiras, foi implantado na comunidade do Boqueirão, o Centro de Comunicação Social - CEC, que consiste em um local de referência para comunidade nas questões de comunicação ligadas à empresa e a obra em andamento. Destaque quanto a responsabilidade social: (i) **PCH Americana:** Parceria junto a OSCIP Barco Escola da natureza; (ii) **Complexo Bons Ventos:** Doação de tablets para a Escola Municipal Raimundo Silveiro Filho e premiação dos alunos da Educação Básica do Ceará; (iii) **Complexo Bons Ventos e Praia Formosa:** Aliança institucional com SENAC-CE visando o desenvolvimento das comunidades locais; (iv) **PCH's de São Paulo:** Iniciado o Programa de Educação Ambiental, com o objetivo de medir a qualidade e efetividade das ações, mais visibilidade as ações obrigatórias com impacto social positivo, possibilitando ainda a replicabilidade para demais ativos. Em 2019, foram investidos R\$ 400 mil, com destaque para as seguintes ações: **Projetos do Manejo Conservacionista em Campo Nativo – RS; Manejo e Conservação de Melipolíneos – RS; Cadeia Produtiva da Reciclagem – RN e Cadeia Produtiva de Bolos e Doces – RN.**

8. Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes (KPMG) foi contratada pela CPFL Renováveis para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a KPMG prestou, em

2019, serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários agregados foram superiores a 5% do total de honorários recebidos pelo serviço de auditoria contábil (societária e regulatória).

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a KPMG prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

Natureza	Contratação	Duração
Asseguração de <i>covenants</i> financeiros	28/12/2016	Exercícios de 2017 a 2021
Serviços de <i>compliance</i> tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)	28/12/2016	Exercícios de 2017 a 2021

Contratamos um total de R\$ 451 mil referentes aos serviços descritos acima, o que equivale a aproximadamente 48% dos honorários de auditoria externa das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias referentes ao exercício social de 2019 da Companhia.

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Conforme previsto pela Instrução CVM 381/03, a KPMG declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

9. Agradecimentos

A Administração da CPFL Renováveis agradece às empresas com as quais desenvolve seus negócios, aos seus fornecedores e às comunidades em que atua, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2019. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta empresa do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpflrenovaveis.com.br/ri.

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018 (*)	31/12/2019	31/12/2018 (*)
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	57.586	109.252	412.579	876.571
Títulos e valores mobiliários	6	43.881	10	449.786	10
Cauções, fundos e depósitos vinculados	7	-	75.025	-	75.025
Consumidores, concessionárias e permissionárias	8	106.327	63.634	232.632	232.520
Dividendo e juros sobre o capital próprio	12	89.798	191.974	-	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9	15.703	22.653	46.761	42.148
Outros tributos a compensar	9	25.351	35.453	52.168	67.561
Outros ativos	11	33.093	29.605	118.447	36.986
Total do circulante		371.738	527.605	1.312.372	1.330.820
Não circulante					
Cauções, fundos e depósitos vinculados	7	63.313	88.259	568.498	506.019
Consumidores, concessionárias e permissionárias	8	41.744	37.749	150.210	158.826
Depósitos judiciais	19	514	566	14.118	13.712
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9	25.584	1.638	32.320	1.907
Outros tributos a compensar	9	-	-	3.580	3.530
Adiantamento para futuro aumento de capital	27	274.399	-	-	-
Outros ativos	11	10.960	7.046	69.157	63.501
Investimentos	12	6.238.267	6.391.465	-	-
Imobilizado	13	772.707	797.053	7.172.083	7.454.584
Intangível	14	863.210	925.038	2.486.385	2.642.958
Total do não circulante		8.290.699	8.248.813	10.496.351	10.845.036
Total do ativo		8.662.437	8.776.418	11.808.723	12.175.856

(*) Reapresentado (vide nota 2.8)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018 (*)	31/12/2019	31/12/2018 (*)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante					
Fornecedores	15	84.861	56.364	136.717	75.318
Empréstimos e financiamentos	16	131.479	174.291	404.779	476.262
Debêntures	17	201.019	285.931	212.251	343.731
Imposto de renda e contribuição social a recolher	18	-	-	25.395	28.398
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	18	16.839	9.536	25.945	21.647
Mútuos com coligadas, controladas e controladora	27	533.944	216.699	422.082	105.082
Dividendo e juros sobre capital próprio		-	-	478	3.994
Contas a pagar de aquisições		7.901	7.598	7.901	7.598
Provisões	19	-	-	24.485	22.489
Obrigações estimadas com pessoal		6.902	8.746	6.902	8.865
Adiantamentos		67.263	71.514	248.883	211.264
Outras contas a pagar	20	13.654	86.456	29.922	91.473
Total do circulante		1.063.860	917.134	1.545.741	1.396.121
Não circulante					
Fornecedores	15	1.005	-	104.206	113.853
Empréstimos e financiamentos	16	659.450	789.382	2.896.675	3.291.027
Debêntures	17	1.402.384	1.251.672	1.491.001	1.447.814
Mútuo entre coligadas, controladas e controladora	27	658.533	1.079.689	-	302.647
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	18	-	-	805	772
Débitos fiscais diferidos	10	268.288	259.493	826.239	885.743
Provisões	19	63.216	31.235	228.823	136.412
Adiantamento para futuro aumento de capital	27	-	300.000	-	300.000
Provisão para perda em investimento		295	5	-	-
Adiantamentos		-	15	43.248	48.639
Outras contas a pagar	20	972	-	25.565	1.657
Total do não circulante		3.054.142	3.711.490	5.616.562	6.528.564
Patrimônio líquido					
Capital social	21	3.698.060	3.398.048	3.698.060	3.398.048
Reserva de capital		592.347	592.347	592.347	592.347
Reserva legal		11.244	6.413	11.244	6.413
Reserva de lucro a realizar		49.789	26.840	49.789	26.840
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		163.923	91.393	163.923	91.393
Resultado abrangente acumulado		29.070	32.753	29.070	32.753
		4.544.433	4.147.794	4.544.433	4.147.794
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	101.987	103.377
Total do patrimônio líquido		4.544.433	4.147.794	4.646.421	4.251.171
Total do passivo e do patrimônio líquido		8.662.437	8.776.418	11.808.723	12.175.856

(*) Reapresentado (vide nota 2.8)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018 (*)	2019	2018 (*)
Receita operacional líquida	23	409.577	149.432	1.928.011	1.936.318
Custo do serviço					
Custo com energia elétrica	24	(135.136)	(86.677)	(319.634)	(320.346)
Custo com operação		(113.913)	(23.413)	(726.530)	(662.405)
Depreciação e amortização		(69.355)	(14.044)	(478.638)	(456.233)
Outros custos com operação	25	(44.558)	(9.369)	(247.892)	(206.172)
Lucro operacional bruto		160.528	39.342	881.847	953.567
Despesas operacionais					
Despesas com vendas		(20)	-	(28)	-
Outras despesas com vendas	25	(20)	-	(28)	-
Despesas gerais e administrativas		(137.391)	(123.546)	(154.085)	(148.440)
Depreciação e amortização		(7.844)	(8.266)	(7.857)	(9.227)
Outras despesas gerais e administrativas	25	(129.547)	(115.280)	(146.228)	(139.213)
Outras despesas operacionais		(72.624)	(88.402)	(169.924)	(219.471)
Amortização de intangível da concessão		(64.432)	(14.717)	(159.227)	(157.649)
Outras despesas operacionais	25	(8.192)	(73.685)	(10.697)	(61.822)
Resultado do serviço		(49.507)	(172.606)	557.810	585.656
Resultado de participações societárias	12	401.934	494.423	-	-
Resultado financeiro	26				
Receitas financeiras		36.940	17.755	172.658	131.695
Despesas financeiras		(301.666)	(345.702)	(576.292)	(635.820)
		(264.726)	(327.947)	(403.634)	(504.125)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos		87.701	(6.130)	154.176	81.531
Contribuição social	10	1.708	30.546	(17.836)	1.647
Imposto de renda	10	7.220	84.848	(29.316)	35.628
		8.928	115.394	(47.152)	37.275
Lucro líquido do exercício		96.628	109.264	107.024	118.806
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores				96.628	109.264
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores				10.396	9.542
Lucro por ação					
Lucro líquido básico por ação ordinária - R\$	22			0,19	0,22
Lucro líquido diluído por ação preferencial - R\$	22			0,16	0,19

(*) Reapresentado (vide nota 2.8)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro líquido do exercício	96.628	109.264	107.024	118.806
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	96.628	109.264	107.024	118.806
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores	-	-	96.628	109.264
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores			10.396	9.542

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros				Resultado abrangente acumulado	Custo atribuído	Lucros acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros a realizar	Reforço de capital de giro					
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.390.870	593.443	763	-	10.874	36.498	-	4.032.448	106.530	4.138.978
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	109.264	109.264	9.542	118.806
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	109.264	109.264	9.542	118.806
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	5.650	26.840	80.519	(3.745)	(109.264)	-	-	-
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	(3.745)	3.745	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	5.650	-	-	-	(5.650)	-	-	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	26.840	-	-	(26.840)	-	-	-
Constituição de reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	80.519	-	(80.519)	-	-	-
Transações de capital com os acionistas	7.178	(1.096)	-	-	-	-	-	6.082	(12.695)	(6.613)
Dividendos distribuído a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.511)	(13.511)
Deságio na compra de participação de minoritários de controlada	-	(1.096)	-	-	-	-	-	(1.096)	-	(1.096)
Aumento de capital	7.178	-	-	-	-	-	-	7.178	816	7.994
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.398.048	592.347	6.413	26.840	91.393	32.753	-	4.147.794	103.377	4.251.171
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	96.628	96.628	10.396	107.024
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	96.628	96.628	10.396	107.024
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	4.831	22.949	72.530	(3.683)	(96.628)	-	-	-
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	(3.683)	3.683	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	4.831	-	-	-	(4.831)	-	-	-
Constituição de reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	72.530	-	(72.530)	-	-	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	22.949	-	-	(22.949)	-	-	-
Transações de capital com os acionistas	300.012	-	-	-	-	-	-	300.012	(11.786)	288.226
Dividendos distribuído a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.897)	(11.897)
Aumento de capital	300.012	-	-	-	-	-	-	300.012	111	300.123
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.698.060	592.347	11.244	49.789	163.923	29.070	-	4.544.433	101.987	4.646.421

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018 (*)	31/12/2019	31/12/2018 (*)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	87.701	(6.130)	154.176	81.531
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	141.631	37.028	645.722	623.109
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(167)	915	46	(8.571)
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	258.944	292.443	422.989	481.012
Equivalência patrimonial	(401.934)	(494.423)	-	-
Perda (ganho) na baixa de ativo não circulante	8.176	73.816	10.202	62.755
	94.351	(96.352)	1.233.135	1.239.836
Redução (aumento) nos ativos operacionais				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(46.689)	2.190	8.504	(21.495)
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	418.927	435.293	-	-
Tributos a compensar	(1.938)	(3.708)	(27.396)	(34.664)
Depósitos judiciais	72	(301)	50	1.024
Outros ativos operacionais	2.497	13.379	(70.093)	95.153
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	29.501	(19.618)	51.753	(168.783)
Outros tributos e contribuições sociais	2.852	(5.094)	(6.485)	(19.073)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(957)	(1.015)	(1.317)	(1.559)
Outros passivos operacionais	(79.718)	(27.421)	(9.073)	84.009
Caixa líquido gerado pelas operações	418.898	297.353	1.179.078	1.174.448
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(132.866)	(191.513)	(354.550)	(509.526)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(86.544)	(102.303)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	286.032	105.840	737.984	562.619
Atividades de investimentos				
Aumento de capital em investidas	(23.385)	-	-	-
Redução de capital em controladas	184.073	230.742	-	-
Aumento de caixa decorrente de reestruturação societária	-	52.336	-	-
Aquisições de imobilizado	(30.354)	(14.963)	(128.124)	(212.750)
Adições de Intangível	(5.989)	(9.974)	(6.032)	(10.235)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	(246.914)	-	(782.390)	(550.193)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	297.270	123.983	361.655	721.416
Incorporação de investimento em controlada	-	373.746	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(270.182)	(402.345)	-	-
Empréstimos a receber	125	(414)	-	(926)
Aquisição de participação de não controladores	-	(1.096)	-	(1.096)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(95.356)	352.015	(554.891)	(53.784)
Atividades de financiamentos				
Aumento de capital por acionistas não controladores	-	7.178	-	7.994
Operações de mútuo com a controladora	-	9.707	-	390.660
Amortizações de mútuos com controladas e coligadas	(77.964)	(95.120)	(1.008)	-
Captação de empréstimos e debêntures	837.996	150.910	836.352	484.426
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(1.002.386)	(681.676)	(1.466.947)	(1.444.277)
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	-	12	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-	(3.624)	(15.494)	(21.282)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(242.342)	(612.625)	(647.085)	(582.479)
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	(51.666)	(154.770)	(463.992)	(73.644)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	109.252	264.022	876.571	950.215
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	57.586	109.252	412.579	876.571

(*) Reapresentado (vide nota 2.8)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018 (*)	2019	2018 (*)
1 - Receita	540.358	192.424	2.289.576	2.289.788
1.1 Receita de venda de energia e serviços	475.634	167.487	2.042.952	2.044.402
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	64.724	24.937	246.624	245.386
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(305.038)	(241.627)	(840.938)	(859.960)
2.1 Custo com energia elétrica	(148.146)	(96.742)	(328.384)	(340.065)
2.2 Material	(28.301)	(19.614)	(86.256)	(106.371)
2.3 Serviços de terceiros	(114.895)	(46.980)	(384.504)	(329.642)
2.4 Outros	(13.696)	(78.292)	(41.794)	(83.882)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	235.320	(49.203)	1.448.638	1.429.827
4 - Retenções	(141.631)	(37.027)	(645.722)	(623.109)
4.1 Depreciação e amortização	(77.199)	(22.310)	(486.495)	(465.460)
4.2 Amortização do intangível de concessão	(64.432)	(14.717)	(159.227)	(157.649)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	93.689	(86.230)	802.916	806.719
6 - Valor adicionado recebido em transferência	440.671	513.044	175.535	135.980
6.1 Receitas financeiras	38.737	18.621	175.535	135.980
6.2 Equivalência patrimonial	401.934	494.423	-	-
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	534.360	426.813	978.451	942.699
8 - Distribuição do valor adicionado				
8.1 Pessoal e encargos	66.370	56.233	97.588	85.902
8.1.1 Remuneração direta	41.505	36.480	72.582	65.158
8.1.2 Benefícios	17.485	14.040	17.550	14.942
8.1.3 F.G.T.S	7.381	5.713	7.456	5.802
8.2 Impostos, taxas e contribuições	60.152	(81.590)	169.964	74.643
8.2.1 Federais	60.152	(81.604)	169.095	73.017
8.2.2 Estaduais	-	14	869	1.626
8.3 Remuneração de capital de terceiros	311.210	342.907	603.875	663.348
8.3.1 Juros	301.347	336.523	575.817	634.271
8.3.2 Aluguéis	9.863	6.384	28.058	29.077
8.4 Remuneração de capital próprio	96.628	109.264	107.024	118.806
8.4.1 Lucros retidos	96.628	109.264	107.024	118.806
	534.360	426.813	978.451	942.699

(*) Reapresentado (vide nota 2.8)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Corrêa, nº 1.632, Jardim Professora Tarcília - Campinas – São Paulo, constituída com o objetivo de atuar como holding e explorar empreendimentos de geração de energia elétrica, tem como principais atividades, conforme determinado em seu objeto social:

- a) Investimento no capital social de sociedades no segmento de energias renováveis;
- b) Identificação e desenvolvimento de potenciais de geração de energia e exploração dos referidos potenciais, incluindo a geração de energia elétrica;
- c) Comercialização de energia elétrica gerada pelos empreendimentos detidos pela Companhia, que compreende a compra e venda, a importação e exportação de energia elétrica para outros comercializadores, geradores, distribuidores ou consumidores que tenham a livre opção de escolha do fornecedor, bem como atuação perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A Companhia detém 6 autorizações para exploração de usinas, com potência total instalada de 314,6 MW:

Empreendimentos da Companhia	Capacidade de energia		
	instalada (MW)	Data	Prazo
Bons Ventos	50,0	07/03/2003	30 anos
Canoa Quebrada	57,0	10/12/2002	30 anos
Enacel	31,5	12/11/2002	30 anos
Taíba Albatroz	16,5	23/12/2002	30 anos
Icaraizinho	54,6	27/08/2002	30 anos
Praia Formosa	105,0	04/06/2002	30 anos
Total	314,6		

Além dessas autorizações, a Companhia também detém investimento nos seguintes empreendimentos:

1.1. Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's)

As controladas diretas e indiretas possuem 41 concessões e autorizações outorgadas pela ANEEL, das quais 40 estão em operação e 1 está em fase de construção, para exploração do potencial hidrelétrico, somando um total de capacidade de energia instalada de 481,1 MW, representados pelos empreendimentos a seguir:

Localidade Empreendimento	Tipo de sociedade	Participação societária	Capacidade de energia instalada (MW)	Data	Prazo	Localidade Empreendimento	Tipo de sociedade	Participação societária	Capacidade de energia instalada (MW)	Data	Prazo	
Minas Gerais												
SPE Barra da Paciência Energia S.A. ("Barra da Paciência")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	23,0	17/12/1999	30 anos	Companhia Energética Novo Horizonte ("Novo Horizonte")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	23,0	26/11/2002	30 anos	
SPE Boa Vista 2 Energia S.A. ("Boa Vista 2")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	29,9	06/11/2015	35 anos	SPE Cherobim Energia S.A. ("Lucia Cherobim") (**)	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	28,0	-	-	
SPE Cocalis Grande Energia S.A. ("Cocalis Grande")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	10,0	22/12/1999	30 anos	Santa Catarina						
SPE Corrente Grande Energia S.A. ("Corrente Grande")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	14,0	14/01/2000	30 anos	SPE Alto Irani Energia S.A. ("Alto Irani")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	21,0	29/10/2002	30 anos	
Mata Velha Energética S.A. ("Mata Velha")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	24,0	16/05/2002	30 anos	SPE Arvoredo Energia S.A. ("Arvoredo")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	13,0	05/11/2002	30 anos	
SPE Ninho da Águia Energia S.A. ("Ninho da Águia")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	10,0	29/12/1999	30 anos	Ludesa Energética S.A. ("Ludesa")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 60%	30,0	17/12/2002	30 anos	
SPE Paiol Energia S.A. ("Paiol")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	20,0	06/08/2002	30 anos	SPE Plano Alto Energia S.A. ("Plano Alto")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	16,0	07/11/2002	30 anos	
SPE São Gonçalo Energia S.A. ("São Gonçalo")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	11,0	13/01/2000	30 anos	SPE Salto Góes Energia S.A. ("Salto Góes")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	20,0	10/08/2010	30 anos	
SPE Varginha Energia S.A. ("Varginha")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	9,0	22/12/1999	30 anos	Santa Luzia Energética S.A. ("Santa Luzia")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	28,5	20/12/2007	35 anos	
SPE Várzea Alegre Energia S.A. ("Várzea Alegre")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	7,5	29/12/1999	30 anos	São Paulo						
Chimay Empreendimentos e Participações Ltda. ("Chimay") (*)												
CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda. ("CPFL Sul Centrais") (*)	Sociedade limitada	Direta 100%	7,0	(**)		Mohini Empreendimentos e Participações Ltda. ("Mohini") (*)	Sociedade limitada	Direta 100%	39,2	(***)		
Companhia Hidroelétrica Figueirópolis ("Figueirópolis")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	19,4	04/05/2004	30 anos	Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda. ("Jayaditya") (*)	Sociedade limitada	Direta 100%	39,5	(****)		
									Total	481,1		

(*) A capacidade de energia instalada de alguns empreendimentos compreende mais de uma concessão. A CPFL Sul Centrais detém as concessões de Diamante, Andorinhas, Guaporé Pirapó e Saltinho. A Chimay detém as concessões de Buritys, Capão Preto, Chibarro, Dourados, Esmeril, Gavião Peixoto, Lençóis e São Joaquim. A Mohini detém as concessões de Eloy Chaves, Jaguari, Monjolinho, Pinhal e Socorro. A Jayaditya detém as concessões de Americana, Salto Grande, Santana e Três Saltos.

(**) O empreendimento Lucia Cherobim está em fase de construção, com entrada em operação prevista para janeiro de 2024.

(***) O empreendimento CPFL Sul Centrais Ltda, possui 4 usinas, cujas concessões tiveram início em 2005 com o prazo indeterminado, exceto a Usina Diamante, que tem o prazo até 2027.

(***) Os empreendimentos em São Paulo, citados no quadro acima, possuem 17 usinas, cujas concessões iniciam em 2005, com prazo de 22 anos.

Além dos empreendimentos em operação citados acima, a Companhia possui 1 empreendimento em fase de desenvolvimento (Santa Luzia Alto, cuja capacidade de energia instalada será de 2,85 MW).

1.2. Complexos de geração eólica

As controladas diretas e indiretas possuem 49 autorizações outorgadas pela ANEEL, sendo 45 em operação e 4 em construção, além de 2 empreendimentos cuja resolução autorizativa está em processo de obtenção, para exploração do potencial eólico, somando um total de capacidade de energia instalada de 1.103,2 MW:

Localidade Empreendimento	Participação societária	Capacidade de energia instalada (MW)	Data	Prazo	Localidade Empreendimento	Participação societária	Capacidade de energia instalada (MW)	Data	Prazo		
Palmares do Sul (RS)					Parazinho (RN)						
Atlântica I Parque Eólico S.A. ("Atlântica I")	Sociedade por ações de capital fechado	100%	25/02/2011	35 anos	Campos dos Ventos V Energias Renováveis S.A. ("Campos dos Ventos V")	Sociedade por ações de capital fechado	100%	25,2	27/03/2013	30 anos	
Atlântica II Parque Eólico S.A. ("Atlântica II")	Sociedade por ações de capital fechado	100%	03/03/2011	35 anos	Eurus VI Energias Renováveis Ltda. ("Eurus VI")	Sociedade limitada	100%	8,0	24/08/2010	35 anos	
Atlântica IV Parque Eólico S.A. ("Atlântica IV")	Sociedade por ações de capital fechado	100%	03/03/2011	35 anos	Santa Clara I Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara I")	Sociedade limitada	100%	30,0	01/07/2010	35 anos	
Atlântica V Parque Eólico S.A. ("Atlântica V")	Sociedade por ações de capital fechado	100%	21/03/2011	35 anos	Santa Clara II Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara II")	Sociedade limitada	100%	30,0	04/08/2010	35 anos	
Araçatuba (CE)					João Câmara (RN)						
Rosa dos Ventos Geração e Comercialização de Energia S.A. ("Rosa dos Ventos") (*)	Sociedade por ações de capital fechado	100%	13,7	18/06/2002	30 anos	DESA Eurus I S.A. ("Eurus I")	Sociedade por ações de capital fechado	100%	30,0	19/04/2011	35 anos
Itarema (CE)					João Câmara (RN)						
Pedra Cheirosa I Energia S.A. ("Pedra Cheirosa I")	Sociedade por ações de capital fechado	100%	25,2	04/08/2014	35 anos	DESA Eurus III S.A. ("Eurus III")	Sociedade por ações de capital fechado	100%	30,0	27/04/2011	35 anos
Pedra Cheirosa II Energia S.A. ("Pedra Cheirosa II")	Sociedade por ações de capital fechado	100%	23,1	23/07/2014	35 anos	Campos dos Ventos I Energias Renováveis S.A. ("Campos dos Ventos I")	Sociedade por ações de capital fechado	100%	25,2	26/03/2013	30 anos
Outras localidades (CE)					João Câmara (RN)						
Sifl Cinco Geração e Comercialização de Energia S.A. ("SIFL Cinco")	Sociedade por ações de capital fechado	100%	25,2	04/06/2002	30 anos	Campos dos Ventos II Energias Renováveis S.A. ("Campos dos Ventos II")	Sociedade por ações de capital fechado	100%	30,0	18/04/2011	35 anos
Edifica Paracuru Geração e Comercialização de Energia S.A. ("Paracuru")	Sociedade por ações de capital fechado	100%	25,2	27/08/2002	30 anos	Campos dos Ventos III Energias Renováveis S.A. ("Campos dos Ventos III")	Sociedade por ações de capital fechado	100%	25,2	26/03/2013	30 anos
Touros (RN)					João Câmara (RN)						
SPE Baixa Verde Energia S.A. ("Baixa Verde") (**)	Sociedade por ações de capital fechado	95%	12,6	Em andamento	-	SPE Juremas Energia S.A. ("Juremas")	Sociedade por ações de capital fechado	95%	16,1	27/09/2011	35 anos
SPE Cajueiro Energia S.A. ("Cajueiro") (**)	Sociedade por ações de capital fechado	95%	27,3	Em andamento	-	SPE Macacos Energia S.A. ("Macacos")	Sociedade por ações de capital fechado	95%	20,7	27/09/2011	35 anos
SPE Costa das Dunas Energia S.A. ("Costa das Dunas") (***)	Sociedade por ações de capital fechado	90%	23,1	Em andamento	-	SPE Costa Branca Energia S.A. ("Costa Branca")	Sociedade por ações de capital fechado	95%	20,7	11/10/2011	35 anos
SPE Farol de Touros Energia S.A. ("Farol de Touros") (***)	Sociedade por ações de capital fechado	90%	21,0	Em andamento	-	SPE Pedra Preta Energia S.A. ("Pedra Preta")	Sociedade por ações de capital fechado	95%	20,7	11/10/2011	35 anos
SPE Figueira Branca Energia S.A. ("Figueira Branca") (***)	Sociedade por ações de capital fechado	100%	10,5	Em andamento	-	DESA Morro dos Ventos I S.A. ("Morro dos Ventos I")	Sociedade por ações de capital fechado	100%	28,8	27/07/2010	35 anos
SPE Gameleira Energia S.A. ("Gameleira") (***)	Sociedade por ações de capital fechado	100%	14,7	Em andamento	-	DESA Morro dos Ventos II S.A. ("Morro dos Ventos II")	Sociedade por ações de capital fechado	100%	29,2	12/06/2012	35 anos
Santa Mônica Energias Renováveis S.A. ("Santa Mônica")	Sociedade por ações de capital fechado	100%	29,4	18/03/2014	30 anos	DESA Morro dos Ventos III S.A. ("Morro dos Ventos III")	Sociedade por ações de capital fechado	100%	28,8	04/08/2010	35 anos
Santa Ursula Energias Renováveis S.A. ("Santa Ursula")	Sociedade por ações de capital fechado	100%	27,3	18/03/2014	30 anos	DESA Morro dos Ventos IV S.A. ("Morro dos Ventos IV")	Sociedade por ações de capital fechado	100%	28,8	04/08/2010	35 anos
Ventos de São Martinho Energias Renováveis S.A. ("Ventos de São Martinho")	Sociedade por ações de capital fechado	100%	14,7	11/03/2014	30 anos	DESA Morro dos Ventos VI S.A. ("Morro dos Ventos VI")	Sociedade por ações de capital fechado	100%	28,8	27/07/2010	35 anos
São Miguel do Gostoso (RN)					Total						
Ventos de Santo Dimas Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santo Dimas")	Sociedade por ações de capital fechado	100%	29,4	25/02/2014	30 anos			1.103,2			
São Benedito Energias Renováveis S.A. ("São Benedito")	Sociedade por ações de capital fechado	100%	29,4	25/02/2014	30 anos						
São Domingos Energias Renováveis S.A. ("São Domingos")	Sociedade por ações de capital fechado	100%	25,2	03/03/2015	30 anos						

(*) A capacidade de energia instalada total do empreendimento Rosa dos Ventos compreende as usinas Canoa Quebrada e Lagoa do Mato.

(**) Os empreendimentos Baixa Verde e Cajueiro estão em processo de obtenção de resolução autorizativa.

(***) Os empreendimentos Costa das Dunas, Farol de Touros, Figueira Branca e Gameleira já possuem autorização para exploração, porém encontram-se ainda em fase de construção, com entrada em operação prevista para janeiro de 2024.

1.3. Empreendimentos de geração à biomassa

As controladas diretas possuem 8 autorizações outorgadas pela ANEEL em operação para exploração de energia movida a biomassa, somando um total de capacidade de energia instalada de 370,0 MW:

Empreendimento	Participação societária	Localização (UF)	Capacidade de energia instalada (MW)	Data	Prazo
SPE Bio Alvorada S.A. ("Bio Alvorada")	Sociedade por ações de capital fechado	Minas Gerais	50,0	29/10/2012	30 anos
SPE Bio Coopcana S.A. ("Bio Coopcana")	Sociedade por ações de capital fechado	Paraná	50,0	07/02/2012	30 anos
CPFL Bio Formosa Ltda. ("Bio Formosa")	Sociedade limitada	Rio Grande do Norte	40,0	14/05/2002	30 anos
CPFL Bioenergia S.A. ("Bioenergia")	Sociedade por ações de capital fechado	São Paulo	45,0	22/09/2009	30 anos
CPFL Bio Ester Ltda. ("Bio Ester")	Sociedade limitada	São Paulo	40,0	20/05/1999	30 anos
CPFL Bio Burity Ltda. ("Bio Burity")	Sociedade limitada	São Paulo	50,0	07/12/2010	30 anos
CPFL Bio Ipê Ltda. ("Bio Ipê")	Sociedade limitada	São Paulo	25,0	27/04/2010	30 anos
CPFL Bio Pedra Ltda. ("Bio Pedra")	Sociedade limitada	São Paulo	70,0	24/02/2011	35 anos
Total			370,0		

1.4. Empreendimento de geração de energia fotovoltaica

A Companhia possui investimento em 1 empreendimento em operação para exploração do potencial de energia solar. O empreendimento, SPE CPFL Solar 1 Energia S.A. ("Solar 1") possui capacidade de energia instalada de 1,1 MW.

1.5. Outros empreendimentos

A Companhia possui participação em outros 15 empreendimentos, conforme descritos abaixo:

<u>Empreendimento</u>	<u>Tipo de sociedade</u>	<u>Participação societária</u>	<u>Atividade preponderante</u>	<u>Investidas</u>
<u>Sociedades de participação</u>				
PCH Holding S.A. ("PCH Holding")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Sociedade de participação	Arvoredo, Barra da Paciência, Cocais Grande, Corrente Grande, Ninho da Águia, Paiol, São Gonçalo, Varginha e Várzea Alegre e Aiuruoca
PCH Holding 2 S.A. ("PCH Holding 2")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Sociedade de participação	Santa Luzia
Eólica Holding S.A. ("Eólica Holding")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Sociedade de participação	Campos dos Ventos II, Costa Branca, Juremas, Macacos e Pedra Preta
SPE Turbina 16 Energias S.A. ("Turbina 16")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Sociedade de participação	Campos dos Ventos I, III e V, São Benedito, Santa Mônica, Santa Úrsula, São Domingos, Ventos de Santo Dimas e Ventos de São Martinho.
Dobrevê Energia S.A. ("DESA Dobrevê")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Sociedade de participação	DESA Eólicas, Novo Horizonte, Figueirópolis, Morro dos Ventos II, Ludesa, Mata Velha, WF1 Holding, Cherobim Energética e Varginha Energética.
DESA Eólicas S.A. ("DESA Eólicas")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	Sociedade de participação	Eurus I e III, e Morro dos Ventos I, III, IV, VI e IX
WF 1 Holding S.A. ("WF 1 Holding")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	Sociedade de participação	Sem investidas
<u>Outros empreendimentos operacionais</u>				
SPE Turbina 17 Energia S.A. ("Turbina 17")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Comércio atacadista de partes e peças de máquinas e equipamentos	Sem investidas
<u>Outros empreendimentos sem atividade produtiva</u>				
SPE Aiuruoca Energia Ltda. ("Aiuruoca")	Sociedade limitada	Indireta 100%	Geração de energia elétrica	N/A
SPE Cachoeira Grande Energia Ltda. ("Cachoeira Grande")	Sociedade limitada	Direta 100%	Geração de energia elétrica	N/A
Cherobim Energética S.A. ("Cherobim Energética")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	Geração de energia elétrica	N/A
Varginha Energética S/A ("Varginha Energética")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	Geração de energia elétrica	N/A
SPE Navegantes Energia S.A. ("Navegantes")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 95%	Comercialização de energia elétrica	N/A
SPE Tombo Energia Ltda. ("Tombo")	Sociedade limitada	Direta 100%	Comercialização de energia elétrica	N/A
SPE Penedo Energia Ltda. ("Penedo")	Sociedade limitada	Direta 100%	Comercialização de energia elétrica	N/A

- **Sazonalidade**

A receita operacional e os custos de geração das PCHs, dos parques eólicos e das usinas termelétricas movidas a biomassa sofrem relevante impacto da sazonalidade ao longo de todo o ano, com as seguintes características:

- ❖ A menor velocidade média dos ventos faz com que os parques eólicos apresentem menores volumes de geração no 1º semestre;
- ❖ A safra da cana de açúcar na região Sudeste inicia-se em abril e tem seu término previsto para novembro. Já a safra da região Nordeste tem seu ciclo de produção entre agosto e março do ano posterior;
- ❖ Dado que o reconhecimento das receitas das usinas eólicas e de algumas usinas de biomassa seguem a geração efetiva dessas usinas, observa-se que, de forma geral, o primeiro semestre do ano seja um período com menores receitas do que o segundo semestre para esses ativos; e
- ❖ O período de chuvas favorece a geração das PCHs das regiões Sudeste e Centro-Oeste no 1º e 4º trimestres, enquanto no Sul, o período de chuvas favorece a geração no 2º e 3º trimestres.

Além disto, os efeitos na contabilização das receitas das PCHs são consequência da garantia física de cada usina, sazonalizada, a qual é registrada na CCEE. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas pelo MRE - Mecanismo de Realocação de Energia. A quantidade de energia gerada, acima ou abaixo da garantia física, é valorada por uma tarifa denominada "Tarifa de Energia de Otimização" - TEO, que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional será mensalmente contabilizada para cada gerador. Por fim, caso as usinas do MRE não gerem o somatório das garantias físicas, por condições hidrológicas desfavoráveis, todas as usinas rateiam a diferença valorada pelo Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, este efeito é definido como GSF ("Generation Scaling Factor"). Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas não possuíam nenhuma usina fora do MRE.

- Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou nas informações contábeis individuais e consolidadas o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 692.122 e R\$ 233.369, respectivamente. Na controladora e no consolidado, o equacionamento do capital de giro no exercício de 2020 será alcançado mediante novas captações que estão em início de negociação. Adicionalmente, na controladora o equacionamento também se dará por recebimentos de suas controladas diretas e indiretas decorrentes, principalmente, de resultados acumulados.

- Compra e venda de ações entre CPFL Energia e State Grid Brazil (nota 21.4)

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia divulgou Fato Relevante através do qual comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que recebeu, na mesma data, correspondência da sua controladora indireta, CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia”), informando que a mesma adquiriu a totalidade da participação detida diretamente pela State Grid Brazil na Companhia, em contrapartida ao pagamento do preço de aquisição de R\$ 16,85 por ação.

A operação permitiu a criação de potenciais sinergias entre a CPFL Energia e suas controladas, correspondendo a um primeiro passo de uma possível reestruturação mais ampla ainda a ser avaliada envolvendo a CPFL Energia, a CPFL Renováveis e outras controladas.

- Oferta Pública de Ações (“OPA”) (nota 21.2)

Em 19 de dezembro de 2019 o Conselho de Administração da Companhia e a Diretoria da CPFL Geração aprovaram a realização de oferta pública de aquisição das ações ordinárias de emissão da CPFL Energias Renováveis, em circulação no mercado, para fins de conversão de seu registro de companhia aberta categoria “A” para categoria “B” (“OPA Conversão de Registro”) e/ou saída do Novo Mercado (“OPA Saída do Novo Mercado”, e, em conjunto com a OPA Conversão de Registro, “OPA”), a ser realizada pela CPFL Geração, acionista controladora direta da CPFL Renováveis. A efetivação da OPA está condicionada ao seu registro pela CVM e sua autorização pela B3, e será destinada à aquisição de até 291.550 ações ordinárias de emissão da CPFL Renováveis em circulação no mercado, que representam, nessa data, 0,056% do capital social CPFL Renováveis (“Ações em Circulação”).

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia e suas controladas (“Grupo”) também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão do Grupo.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 04 de março de 2020.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 30 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração do Grupo faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração do Grupo revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 8 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 10 – Créditos e débitos fiscais diferidos (principais premissas em relação aos valores recuperáveis referentes ao prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, diferenças temporárias e do intangível de Direito de Exploração);
- Nota 13 – Imobilizado (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 14 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis); e
- Nota 19 – Provisões (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional do Grupo é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Os executivos do Grupo utilizam-se de relatórios para a tomada de decisões estratégicas segmentando os negócios em (i) atividades de geração e comercialização de energia elétrica por fontes renováveis (“Renováveis”).

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas considerando somente um segmento operacional, o de geração e comercialização de energia elétrica, gerada e comprada por meio de contratos de longo prazo, que representam integralmente a receita total da Companhia e suas controladas,

uma vez que a natureza dos serviços e processos de produção, categoria de clientes e dos serviços, métodos de distribuição e comercialização e outros aspectos, como o ambiente regulatório, são os mesmos para os diversos tipos de usinas (biomassa, solar, eólica e pequenas centrais hidrelétricas). Adicionalmente, não existe controle separado para nenhuma usina. É desta forma que a Administração e o Conselho de Administração da Companhia e suas controladas avaliam a performance das usinas e alocam os recursos necessários.

2.6 Informações sobre participações societárias

As participações societárias detidas pela Companhia estão descritas na nota 1 e são consolidadas de forma integral.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros detida nas controladas Baixa Verde, Cajueiro Costa das Dunas, Farol de Touros, Navegantes, Costa Branca, Juremas, Macacos, Pedra Preta e Ludesa.

2.7 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

2.8 Nova apresentação das demonstrações financeiras de 2018 – abertura de linhas e reclassificações

A partir de 2019, com o objetivo de realizar melhorias na forma de apresentação das informações contábeis para monitoramento dos resultados pela Administração do Grupo, através de uma melhor análise das contas de custos e despesas, a Companhia passou a efetuar abertura das linhas de depreciação e amortização em duas rubricas nas demonstrações dos resultados. Houveram também reclassificações e novos grupamentos no ativo, passivo, DVA e fluxo de caixa, que não prejudicam a análise, mas alinha as publicações das diversas empresas do Grupo.

Para fins de comparabilidade, estas mudanças foram aplicadas retrospectivamente conforme CPC 23/IAS 8, e, portanto, a Companhia está rerepresentando as demonstrações financeiras de 2018 com a mesma abertura. Não houve alterações entre as naturezas de custos e despesas, circulante e não circulante e tampouco entre atividades do fluxo de caixa.

As tabelas a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras de 2018 do Grupo:

ATIVO	Controladora			Consolidado		
	31/12/2018			31/12/2018		
	Originalmente publicado	Reclassificação	Nova apresentação	Originalmente publicado	Reclassificação	Nova apresentação
Circulante						
Aplicações financeiras	75.025	(75.025)	-	75.025	(75.025)	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	-	75.025	75.025	-	75.025	75.025
Adiantamentos a fornecedores	215	(215)	-	2.601	(2.601)	-
Outros ativos	29.389	215	29.605	34.384	2.601	36.986
Total do circulante	527.605	-	527.605	1.330.820	-	1.330.820
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	88.259	(88.259)	-	506.019	(506.019)	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	-	88.259	88.259	-	506.019	506.019
Empréstimos a receber	7.046	(7.046)	-	10.223	(10.223)	-
Outros ativos	-	7.046	7.046	53.277	10.223	63.501
Total do não circulante	8.248.813	-	8.248.813	10.845.036	-	10.845.036
Total do ativo	8.776.418	-	8.776.418	12.175.856	-	12.175.856

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora			Consolidado		
	31/12/2018			31/12/2018		
	Originalmente publicado	Reclassificação	Nova apresentação	Originalmente publicado	Reclassificação	Nova apresentação
Circulante						
Total do circulante	917.134	-	917.134	1.396.121	-	1.396.121
Não circulante						
Provisões	-	31.235	31.235	-	136.412	136.412
Provisão para custo sociambientais desmobilização de ativos	29.236	(29.236)	-	110.261	(110.261)	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	1.999	(1.999)	-	26.151	(26.151)	-
Total do não circulante	3.711.490	-	3.711.490	6.528.564	-	6.528.564
Patrimônio líquido						
Reserva de lucros	124.646	(124.646)	-	124.646	(124.646)	-
Reserva legal	-	6.413	6.413	-	6.413	6.413
Reserva de lucro a realizar	-	26.840	26.840	-	26.840	26.840
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	-	91.393	91.393	-	91.393	91.393
	4.147.794	-	4.147.794	4.147.794	-	4.147.794
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	103.377	-	103.377
Total do patrimônio líquido	4.147.794	-	4.147.794	4.251.171	-	4.251.171
Total do passivo e do patrimônio líquido	8.776.418	-	8.776.418	12.175.856	-	12.175.856

Demonstrações dos resultados	Controladora			Consolidado		
	2018			2018		
	Originalmente publicado	Abertura de linhas	Nova apresentação	Originalmente publicado	Abertura de linhas	Nova apresentação
Receita operacional líquida	149.432	-	149.432	1.936.318	-	1.936.318
Custo de geração de energia elétrica	(110.090)	110.090	-	(982.751)	982.751	-
Custo do serviço						
Custo com energia elétrica	-	(86.677)	(86.677)	-	(320.346)	(320.346)
Custo com operação	-	(23.413)	(23.413)	-	(662.405)	(662.405)
Depreciação e amortização	-	(14.044)	(14.044)	-	(456.233)	(456.233)
Outros custos com operação	-	(9.369)	(9.369)	-	(206.172)	(206.172)
Lucro operacional bruto	39.342	-	39.342	953.567	-	953.567
Despesas operacionais						
Gerais e administrativas	(197.231)	197.231	-	(210.262)	210.262	-
Despesas gerais e administrativas	-	(123.546)	(123.546)	-	(148.440)	(148.440)
Depreciação e amortização	-	(8.266)	(8.266)	-	(9.227)	(9.227)
Outras despesas gerais e administrativas	-	(115.280)	(115.280)	-	(139.213)	(139.213)
Outras despesas operacionais	(14.717)	(73.685)	(88.402)	(157.649)	(61.822)	(219.471)
Amortização de intangível da concessão	(14.717)	-	(14.717)	(157.649)	-	(157.649)
Outras despesas operacionais	-	(73.685)	(73.685)	-	(61.822)	(61.822)
Resultado do serviço	(172.606)	-	(172.606)	585.656	-	585.656
Resultado de participações societárias	494.423	-	494.423	-	-	-
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	17.755	-	17.755	131.695	-	131.695
Despesas financeiras	(345.702)	-	(345.702)	(635.820)	-	(635.820)
	(327.947)	-	(327.947)	(504.125)	-	(504.125)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	(6.130)	-	(6.130)	81.531	-	81.531
Imposto de renda e contribuição social - correntes	-	-	-	(117.791)	117.791	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	115.394	(115.394)	-	155.066	(155.066)	-
Contribuição social	-	30.546	30.546	-	1.647	1.647
Imposto de renda	-	84.848	84.848	-	35.628	35.628
	115.394	-	115.394	37.275	-	37.275
Lucro líquido do exercício	109.264	-	109.264	118.806	-	118.806
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores				109.264		109.264
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores				9.542		9.542
Lucro por ação						
Lucro líquido básico por ação ordinária - R\$				0,22		0,22
Lucro líquido diluído por ação preferencial - R\$				0,19		0,19

Demonstrações dos fluxos de caixa	Controladora			Consolidado		
	2018			2018		
	Originalmente publicado	Abertura de linhas	Nova apresentação	Originalmente publicado	Abertura de linhas	Nova apresentação
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	(6.130)	-	(6.130)	81.531	-	81.531
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais						
Baixa de ativo imobilizado	188	(188)	-	4.732	(4.732)	-
Baixa de ativo não circulante	73.621	(73.621)	-	57.350	(57.350)	-
Baixa de ativo intangível	7	(7)	-	673	(673)	-
Perda (ganho) na baixa de ativo não circulante	-	73.816	73.816	-	62.755	62.755
Ajuste a valor presente de provisão socioambientais e desmobilização de ativos	795	(795)	-	9.245	(9.245)	-
Rendimento de aplicações	(6.249)	6.249	-	(43.377)	43.377	-
Atualização monetária	745	(745)	-	(1.244)	1.244	-
Juros sobre empréstimos com pessoas ligadas	108.548	(108.548)	-	17.069	(17.069)	-
Juros sobre empréstimos com não controladores	(745)	745	-	(1.126)	1.126	-
Ajuste a valor presente - Baldin Bioenergia S.A	-	-	-	(6.367)	6.367	-
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	189.349	103.094	292.443	506.812	(25.800)	481.012
Equivalência patrimonial	(494.423)	-	(494.423)	-	-	-
	(96.352)	-	(96.352)	1.239.836	-	1.239.836
Redução (aumento) nos ativos operacionais						
Adiantamento a fornecedores	299	(299)	-	29.033	(29.033)	-
Outros ativos operacionais	13.080	299	13.379	66.120	29.033	95.153
Aumento (redução) nos passivos operacionais						
Adiantamento de clientes	(29.066)	29.066	-	81.689	(81.689)	-
Pagamento de contingências trabalhistas, tributárias e cíveis	-	-	-	(2.133)	2.133	-
Obrigações Trabalhistas	562	(562)	-	595	(595)	-
Outros passivos operacionais	1.083	(28.504)	(27.421)	3.858	80.151	84.009
Caixa líquido gerado pelas operações	297.353	-	297.353	1.174.448	-	1.174.448
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	105.840	-	105.840	562.619	-	562.619
Atividades de investimentos						
Aplicações financeiras	-	-	-	(372.127)	372.127	-
Resgates de aplicações financeiras	120.394	(120.394)	-	431.966	(431.966)	-
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	-	(178.066)	178.066	-
Resgates de aplicações financeiras vinculadas	3.589	(3.589)	-	289.450	(289.450)	-
Titulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	-	-	-	-	(550.193)	(550.193)
Titulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	-	123.983	123.983	-	721.416	721.416
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	352.015	-	352.015	(53.784)	-	(53.784)
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	(154.770)	-	(154.770)	(73.644)	-	(73.644)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	264.022	-	264.022	950.215	-	950.215
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	109.252	-	109.252	876.571	-	876.571

Demonstrações do valor adicionado	Controladora			Consolidado		
	2018			2018		
	Originalmente publicado	Abertura de linhas	Nova apresentação	Originalmente publicado	Abertura de linhas	Nova apresentação
1 - Receita	192.424		192.424	2.289.788		2.289.788
1.1 Receita de venda de energia e serviços	167.377	110	167.487	2.036.453	7.949	2.044.402
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	24.937	-	24.937	245.386	-	245.386
1.3 Outras receitas	110	(110)	-	7.949	(7.949)	-
4 - Retenções	(37.027)		(37.027)	(623.109)		(623.109)
4.1 Depreciação e amortização	(37.027)	14.717	(22.310)	(623.109)	157.649	(465.460)
4.2 Amortização do intangível de concessão	-	(14.717)	(14.717)	-	(157.649)	(157.649)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	(86.230)	-	(86.230)	806.719	-	806.719

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados, com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis adotadas pelo Grupo em 1º de janeiro de 2019 descritas na nota explicativa 3.17.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa do Grupo.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco

insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pelo Grupo na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

3.2 Instrumentos financeiros

– Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado (VJORA)	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. O Grupo não detém ativos financeiros desta classificação.
Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). O Grupo não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir . VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota explicativa 30). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

- o o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- o os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

– Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo deve ser registrada contra outros resultados abrangentes.
- (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

O Grupo realiza o registro contábil de garantias financeiras quando estas são concedidas para entidades não controladas ou quando a garantia financeira é concedida em um percentual maior que o de sua participação para cobertura de compromissos de empreendimentos controlados em conjunto. Tais garantias são inicialmente registradas ao valor justo, através de (i) um passivo que corresponde ao risco assumido do não pagamento da dívida e que é amortizado contra receita financeira no mesmo tempo e proporção da amortização da dívida, e (ii) um ativo que corresponde ao direito de ressarcimento pela parte garantida ou uma despesa antecipada em função das garantias, que é amortizado pelo recebimento de caixa de outros acionistas ou pela taxa de juros efetiva durante o prazo da garantia. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, as garantias são mensuradas periodicamente pelo maior valor entre o montante determinado de acordo com o CPC 25/IAS 37 e o montante inicialmente reconhecido, menos sua amortização acumulada.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 30.

– Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.3 Adiantamentos para futuro aumento de capital (“AFAC”)

Adiantamentos para futuro aumento de capital (“AFAC”) representam adiantamentos de recursos recebidos da controladora e destinados a aporte de capital que são concedidos em caráter irrevogável. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como patrimônio líquido na controlada, e no investimento da controladora.

São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando a quantidade de ações a serem emitidas não é conhecida. Em contrapartida, os adiantamentos para futuro aumento de capital também são reconhecidos pelo valor justo na controladora, classificados como ativo não circulante, vide notas 12 e 27.

3.4 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada linearmente, a taxas anuais variáveis de 1% a 16,27%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e também a orientação do órgão regulador.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor residual do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

3.5 Provisões para custos socioambientais

Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial das PCHs ou das eólicas, a Companhia e suas controladas obtêm todas as licenças ambientais e, conseqüentemente, tem uma obrigação de cumprir as obrigações nelas constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção da usina); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia e suas controladas provisionam os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no ativo imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos. Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada pela melhor estimativa dos desembolsos futuros trazidos a valor presente e registrado como custo do ativo imobilizado, sendo depreciado a partir da entrada em operação comercial do empreendimento.

3.6 Provisões para desmobilização de ativos

Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

A Companhia reconheceu provisão para custos com a desmobilização de suas usinas eólicas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia.

A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,22%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

3.7 Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágios, direito de exploração de concessões, software e servidão de passagem.

O ágio ("goodwill") resultante na aquisição de controladas é representado pela diferença entre o valor justo da contraprestação transferida pela aquisição de um negócio, somando a parcela dos acionistas não controladores, e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

O ágio é subsequentemente mensurado pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os ágios, bem como os demais ativos intangíveis de vida útil indefinida, se existirem, não estão

sujeitos à amortização, sendo anualmente testados para verificar se os respectivos valores contábeis não superam os seus valores de recuperação.

Os deságios são registrados como ganhos no resultado do exercício quando da aquisição do negócio que os originou.

Nas demonstrações financeiras individuais, a mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é incluída ao valor contábil do investimento e sua respectiva amortização é classificada na demonstração do resultado individual na linha de “resultado de participações societárias” em atendimento ao ICPC 09 (R2). Nas demonstrações financeiras consolidadas este valor é apresentado como intangível e sua amortização é classificada na demonstração do resultado consolidado como “amortização de intangível de concessão” em outras despesas operacionais.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões foi adquirido através de combinações de negócios, e é amortizada linearmente.

3.8 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

– Ativos financeiros

O Grupo avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

O Grupo mensura a provisão para perda utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como em default quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia e suas controladas utilizam uma matriz de provisões com base em suas taxas de inadimplência observadas históricas ao longo da vida esperada das contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida resulta em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com a IFRS 9 descrita como perda de crédito esperada (Expected Credit Losses), contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda (“PD” - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento (“EAD” - *Exposure At Default*) e a perda dada inadimplência (“LGD” - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- o dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;

- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas a consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, quando aplicáveis, são registradas no resultado do exercício.

– Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio (“*goodwill*”), são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.9 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.10 Benefícios a empregados

– Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

– Plano de pagamento baseado em ações

O plano de remuneração baseado em ações para empregados e outros provedores de serviços similares é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No fim de cada período de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta que registrou o benefício aos empregados.

- Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente, quando realizadas, são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

- Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida da Companhia e suas controladas em relação a outros benefícios de longo prazo a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Remensurações são reconhecidas no resultado do exercício.

3.11 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.12 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia e suas controladas é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

3.13 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens

registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Companhia registrou em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social, aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas controladas consolidadas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e a contribuição social é calculada à razão de 8% no cálculo do imposto de renda e 12% no cálculo da contribuição sobre a receita bruta proveniente da venda de energia elétrica e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescidas do adicional de 10% para o imposto de renda, e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, essas controladas consolidadas não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos e diferenças temporárias e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.14 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício, e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

3.15 Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas pelo método da aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia e controladas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data da aquisição, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo, exceto por eventuais: (i) tributos diferidos, (ii) benefícios a empregados e (iii) transações com pagamento baseado em ações.

As participações dos acionistas não controladores poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações de acionistas não controladores nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação.

A diferença líquida positiva, se houver, entre a contraprestação transferida, somada à parcela dos acionistas não controladores, e o valor justo dos ativos identificados (incluindo ativo intangível de exploração da concessão) e passivos assumidos líquidos, na data da aquisição, é registrada como ágio (“goodwill”). Em caso de diferença líquida negativa, uma compra vantajosa é identificada e o ganho é registrado na demonstração de resultado do exercício, na data da aquisição.

3.16 Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

A Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação de não-controladores na companhia adquirida, deduzindo o valor justo reconhecido dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição.

(ii) Controladas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas. Anteriormente à consolidação nas demonstrações financeiras da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas PCH Holding, PCH Holding 2, Eólica Holding, Turbina 16, DESA Dobrevê e DESA Eólicas são consolidadas integralmente com as de suas respectivas controladas (subconsolidação).

Saldos e transações entre empresas do Grupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas são eliminados na proporção da participação da Companhia na controlada, se aplicável. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Para controladas, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e nas demonstrações do resultado e resultado abrangente em cada exercício apresentado.

(iii) Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrada como transação entre acionistas. Consequentemente, nenhum ganho ou ágio é reconhecido como resultado de tal transação.

3.17 Novas normas e interpretações vigentes

As seguintes normas foram emitidas e/ou revisadas pelo IASB e CPC, as quais entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2019:

a) IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil

Emitida em 13 de janeiro de 2016, estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil para os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requerimentos do IAS 17 / CPC 06 (R1), incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação. A IFRS 16 / CPC 06 (R2) é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, eliminando a antiga classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais. O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão

disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US\$ 5 mil).

A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia e suas controladas avaliaram o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas das controladas indiretas da CPFL Renováveis, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos. Para os demais contratos, em que o arrendador tem direito a uma remuneração fixa, o Grupo avaliou a norma e concluiu que não houve impacto material na adoção da mesma.

b) IFRIC 23 / ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Emitida em maio de 2017, surge com o intuito de esclarecer a contabilização de posições fiscais que poderão não ser aceitas pelas autoridades fiscais relativos às matérias de IRPJ e CSLL. Em linhas gerais, o principal ponto de análise da interpretação refere-se à probabilidade de aceitação do Fisco sobre o tratamento fiscal escolhido pelo Grupo.

A IFRIC 23 / ICPC 22 é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. O Grupo avaliou a interpretação e concluiu que não houve impacto material na adoção da mesma.

3.18 Novas normas e interpretações ainda não vigentes e não adotadas antecipadamente

Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras:

Definição de Negócios (Alterações no CPC 15 (R1) / IFRS 3): essa alteração esclarece a definição de 'negócio', visando facilitar a decisão das empresas sobre como classificar a aquisição de um conjunto de atividades e de ativos entre uma combinação de negócios efetiva ou simplesmente uma aquisição de grupos de ativos.

Iniciativa de Divulgação – Definição de Material (Alterações no IAS 1 / CPC 26 (R1) e IAS 8 / CPC 23): essa alteração esclarece a definição de 'material', visando ajudar as empresas a fazer um melhor julgamento para definir se a informação sobre determinado item, transação ou outro evento deve ser divulgada nas demonstrações financeiras sem alterar substancialmente os requisitos existentes.

Com base em avaliação preliminar, a Administração acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis do Grupo exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

O Grupo determinou o valor justo como o preço que seria recebido para a venda do ativo ou para a transferência do passivo que ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração.

- Imobilizado e intangível

O valor justo dos itens do ativo imobilizado, do intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 30) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldos bancários	19.545	4.988	158.806	59.622
Aplicações financeiras	38.041	104.264	253.773	816.949
Títulos de crédito privado (a)	464	1.019	6.570	11.583
Fundos de investimento (b)	37.577	103.245	206.801	805.366
Operações compromissadas em debêntures (c)	-	-	40.402	-
Total	57.586	109.252	412.579	876.571

- Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário – CDBs e debêntures compromissadas, e são remunerados a taxas médias equivalentes a 97,08% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, na data do balanço (72,04% em 31 de dezembro de 2018).
- Representa valores aplicados no Fundo Atlânticas (têm como característica aplicações pós-fixadas lastreadas no CDI, substancialmente em CDBs, letras financeiras, títulos públicos federais e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte e fundos de investimentos de baixo risco e alta liquidez), no Fundo BNB Institucional e no Fundo XP Top CDB. A taxa de remuneração média é 94,61% do CDI na data do balanço (98,23% em 31 de dezembro de 2018).
- Representa valores aplicados em fundos, com alta liquidez e remuneração equivalente, na média de 65% do CDI.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Títulos e valores mobiliários	Controladora	Consolidado
	31/12/2019	31/12/2019
Através de fundos de investimento	43.881	449.786
Total	43.881	449.786

Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira (“LF”) e Letra Financeira do Tesouro (“LFT”), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, na média de 99,87% do CDI com vencimentos a partir de setembro de 2020.

(7) CAUÇÕES, FUNDOS E DEPÓSITOS VINCULADOS

Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	Consolidado	
					31/12/2019	31/12/2018
Banco do Brasil	Fundo aberto	Indefinido	Diversos	83,41%	4.760	5.136
BNB	LFTs	Indefinido	Diversos	99,00%	31.244	61.804
BNB	Fundo aberto e CDB	Indefinido	Diversos	90,02%	60.552	59.828
Bradesco	(FIC) Federal	Indefinido	Diversos	99,05%	38.158	36.016
Citibank	Fundo Citi Cash Blue	Indefinido	Diversos	93,05%	5.331	6.455
Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	97,51%	427.203	325.410
Itaú	CDB Op. Compromissada	Diversos	DI	90,00%	1.250	1.187
Bradesco	Fundo Atlânticas	Indefinido	Diversos	98,23%	-	10.183
					568.498	506.019

Referem-se, basicamente, a contas reserva constituídas nas controladas, de acordo com os respectivos contratos de empréstimos e financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Em 31 de dezembro de 2019, as garantias estavam 100% integralizadas, com exceção das contas referente a controlada Ludesa, que possuía 86% das garantias integralizadas e sem prazo limite para constituição total.

Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são designados como mensurado ao custo amortizado.

(8) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Controladora					Consolidado					
	Saldos	Vencidos			Total	Saldos	Vencidos			Total	
		vincendos	até 90 dias	> 90 dias			31/12/2019	31/12/2018	vincendos		até 90 dias
Circulante											
Operações realizadas na CCEE	338	5.489	108	5.935	1.665	-	52.070	10.464	62.535	65.405	
Concessionárias e permissionárias	55.987	37.281	7.124	100.392	61.969	152.855	15.825	1.405	170.085	167.115	
Outros	-	-	-	-	-	12	-	-	-	12	
Total	56.325	42.770	7.232	106.327	63.634	152.867	67.895	11.869	232.632	232.520	
Não circulante											
Operações realizadas na CCEE	5.353	36.183	208	41.744	37.749	105.684	44.319	207	150.210	158.826	
Total	5.353	36.183	208	41.744	37.749	105.684	44.319	207	150.210	158.826	

Operações realizadas na CCEE - Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. Os valores de longo prazo compreendem principalmente a saldos em aberto consequentes da situação temporária da CCEE em função de liminares judiciais (liminares) de geradoras, devido ao cenário hidrológico e seus impactos financeiros para as contratações no mercado livre. A Companhia e suas controladas entendem não haver riscos significativos na realização desses ativos e, consequentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.

8.1 Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD")

A administração da Companhia e de suas controladas consideraram não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver perdas históricas, no exercício corrente e em exercícios anteriores, bem como por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis em 31 de dezembro de 2019.

(9) IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E OUTROS TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante				
Antecipações de contribuição social - CSLL	-	211	474	560
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	-	1.343	1.638	2.265
Imposto de renda e contribuição social a compensar	15.703	21.099	44.649	39.323
Imposto de renda e contribuição social a compensar	15.703	22.653	46.761	42.148
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	10.349	21.559	22.148	44.450
ICMS a compensar	817	740	5.836	4.861
Programa de integração social - PIS	2.508	2.393	4.131	3.226
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	11.568	10.652	19.315	14.822
Outros	109	109	738	201
Outros tributos a compensar	25.351	35.453	52.168	67.561
Total circulante	41.053	58.106	98.929	109.709
Não circulante				
Contribuição social a compensar - CSLL	-	-	36	-
Imposto de renda a compensar - IRPJ	25.584	1.638	32.284	1.907
Imposto de renda e contribuição social a compensar	25.584	1.638	32.320	1.907
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	-	-	50	-
Outros	-	-	3.530	3.530
Outros tributos a compensar	-	-	3.580	3.530
Total não circulante	25.584	1.638	35.900	5.437

Imposto de renda e contribuição social a compensar – refere-se a créditos tributários gerados por pagamentos efetuados a maior de acordo com o regime de lucro real e crédito base negativa de exercícios anteriores.

Imposto de renda retido na fonte – IRRF - refere-se a retenções sobre aplicações financeiras que não dependem de decisões judiciais ou administrativas para que sejam utilizadas.

Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS – refere-se a créditos retidos na fonte por órgãos públicos sobre a venda de energia e créditos tomados sobre encargos, materiais, serviços e sobre compra de energia.

(10) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS**10.1 Composição dos créditos e débitos fiscais**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Crédito (Débito) de contribuição social				
Bases negativas	23.234	23.081	23.234	23.081
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(94.252)	(91.771)	(241.944)	(257.541)
Subtotal	(71.018)	(68.689)	(218.710)	(234.461)
Crédito (Débito) de imposto de renda				
Prejuízos fiscais	64.539	64.114	64.539	64.114
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(261.809)	(254.917)	(672.068)	(715.397)
Subtotal	(197.270)	(190.804)	(607.529)	(651.282)
Total	(268.288)	(259.493)	(826.239)	(885.743)
Total crédito fiscal	95.562	93.043	95.562	167.907
Total débito fiscal	(363.850)	(352.536)	(921.801)	(1.053.650)

10.2 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis / tributáveis

	Controladora			
	31/12/2019		31/12/2018	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Depreciação acelerada incentivada	(23.845)	(66.237)	(23.050)	(64.029)
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - combinação de negócios:				
Impostos diferidos - ativo:				
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos)	14.770	41.027	15.956	44.323
Impostos diferidos - passivo:				
Mais valia decorrente da apuração de custo atribuído	(15.203)	(42.231)	-	-
Intangível - direito de exploração/autorização	(69.359)	(192.663)	(82.255)	(228.488)
Outras diferenças temporárias	(614)	(1.706)	(2.422)	(6.723)
Total	(94.252)	(261.809)	(91.771)	(254.917)

	Consolidado			
	31/12/2019		31/12/2018	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Depreciação acelerada incentivada	(23.845)	(66.237)	(23.050)	(64.029)
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - combinação de negócios:				
Impostos diferidos - ativo:				
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos)	18.344	50.955	19.817	55.047
Impostos diferidos - passivo:				
Mais valia decorrente da apuração de custo atribuído	(19.177)	(53.270)	(24.690)	(68.584)
Intangível - direito de exploração/autorização	(216.651)	(601.809)	(227.199)	(631.106)
Outras diferenças temporárias	(614)	(1.707)	(2.419)	(6.725)
Total	(241.944)	(672.068)	(257.541)	(715.397)

10.3 Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido, prejuízo fiscal e base negativa baseadas nas projeções de resultados futuros. Estas projeções são aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal. Sua composição é como segue:

	<u>Consolidado</u>
2024	5.156
2025 a 2027	40.991
2028 a 2030	37.237
2031 a 2033	4.391
Total	<u><u>87.773</u></u>

10.4 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2019 e 2018:

	Controladora			
	2019		2018	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	87.701	87.701	(6.130)	(6.130)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(401.934)	(401.934)	(494.423)	(494.423)
Base de cálculo	(314.233)	(314.233)	(500.553)	(500.553)
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Débito fiscal apurado	28.281	78.558	45.050	125.138
Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido	(26.573)	(71.338)	(14.504)	(40.290)
Total	1.708	7.220	30.546	84.848
Corrente	-	-	-	-
Diferido	1.708	7.220	30.546	84.848

	Consolidado			
	2019		2018	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	154.176	154.176	81.531	81.531
Efeito regime lucro presumido	(312.337)	(368.786)	(168.141)	(208.842)
Incentivo fiscal - lucro de exploração	-	-	-	(52.336)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	15.283	15.165	21.406	21.406
Base de cálculo	(142.878)	(199.445)	(65.204)	(158.241)
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	12.859	49.861	5.868	39.560
Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido	(30.695)	(79.176)	(4.221)	(3.932)
Total	(17.836)	(29.316)	1.647	35.628
Corrente	(32.932)	(73.724)	(39.408)	(78.383)
Diferido	15.096	44.409	41.055	114.011

Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido – O crédito fiscal reconhecido corresponde à parcela do crédito fiscal sobre o prejuízo fiscal e base negativa, registrada em função da revisão das projeções de resultados futuros. A parcela de crédito não constituída corresponde ao prejuízo gerado para o qual, neste momento, não há razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à sua absorção.

O crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos registrado no resultado do exercício de R\$ 56.690 refere-se a (i) prejuízo fiscal e base negativa (crédito de R\$ 578); (ii) benefício fiscal do intangível incorporado (crédito de R\$ 48.194) e (iii) diferenças temporárias (crédito de R\$ 7.918).

10.5 Créditos fiscais não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2019, a controladora possui créditos fiscais relativos a prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social não reconhecidos no montante de R\$ 734.373 (R\$ 686.971 em 31 de dezembro de 2018), por não haver, naquele momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros. Este montante pode ser objeto de reconhecimento contábil no futuro, de acordo com as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis.

Algumas controladas também possuem créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízos fiscais e bases negativas que não foram reconhecidos por não haver, neste momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à absorção dos referidos ativos. Em 31 de dezembro de 2019, as principais controladas que possuem tais créditos de imposto de renda e contribuição social não registrados somam R\$ 99.461. Não há prazo de prescrição para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas.

10.6 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2019 e 2018 foram os seguintes:

	Consolidado			
	2019		2018	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Custo atribuído de ativo imobilizado	5.580	5.580	5.674	5.674
Subtotal	5.580	5.580	5.674	5.674
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	(502)	(1.395)	(511)	(1.419)
Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(502)	(1.395)	(511)	(1.419)

(11) OUTROS ATIVOS

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Créditos a receber	-	-	2.634	-	-	-	24.416	21.494
Créditos a receber - rateios	21.736	17.065	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos - fornecedores	383	249	-	-	38.287	2.721	-	-
Ordens em curso	926	5.650	-	-	926	5.650	-	-
Serviços prestados a terceiros	572	1.345	-	-	-	-	-	-
Estoque	930	-	-	-	16.386	-	-	-
Contratos de pré-compra de energia	-	-	-	-	12.775	1.669	10.432	25.390
Despesas antecipadas	3.005	2.316	598	-	20.332	11.296	1.067	-
Repactuação GSF	-	-	-	-	1.716	4.156	-	1.010
Adiantamentos a funcionários	520	454	-	-	520	454	-	-
Outros	5.022	2.526	7.728	7.046	27.506	11.039	33.243	15.607
Total	33.093	29.605	10.960	7.046	118.447	36.986	69.157	63.501

Créditos a receber – refere-se majoritariamente a R\$ 13.210 (R\$ 9.842 em 31 de dezembro de 2018) referentes a créditos a receber da Baldin Bioenergia, conforme histórico abaixo.

Em 2008, através da SPE CPFL Bioenergia S.A., a Companhia firmou um consórcio com o Grupo Baldin para construir, operar e manter uma usina termelétrica movida a biomassa (bagaço de cana), com capacidade de geração de 45 MW, pelo prazo de 17 anos. A CPFL Bioenergia foi a responsável primária pelo financiamento da construção do empreendimento e, em contrapartida, a Baldin Bioenergia deveria reembolsar o valor correspondente a sua participação no consórcio (50%). Ademais, a CPFL Bioenergia realizou pré-pagamento à Baldin Bioenergia referente à entrega futura de energia a ser gerada pelo empreendimento (parcela do Grupo Baldin), pelo prazo de 15 anos da data de entrada em operação. A Administração da Baldin Bioenergia S.A. protocolou pedido de recuperação judicial em 2012 e, até 31 de dezembro de 2019, o processo de recuperação judicial ainda não havia sido encerrado.

O montante a receber da Baldin Bioenergia referente a reembolso de investimentos de consórcios em 31 de dezembro de 2019 e 2018, compreende:

- (i) R\$ 46.454 de valor principal, referente ao direito da CPFL Bioenergia receber da Baldin Bioenergia pelos investimentos realizados para a construção da usina termelétrica (50% do investimento inicial);
- (ii) R\$ 1.000 de créditos a receber, referente à Cessão de Créditos sem Coobrigação, Direitos e Obrigações e Outras Avenças adquiridas do Itaú Unibanco S.A. em 2014, um dos credores do plano de recuperação judicial. O valor de crédito cedido foi de R\$ 26.100, que descontado a valor presente resultou no montante desembolsado de R\$1.000;
- (iii) Desconto de R\$ 27.992 por ajuste a valor presente, considerados com base no plano de recuperação judicial aprovado em 2014 e da expectativa de recebimento futuro;

- (iv) Desconto de R\$ 13.838 de provisão para perdas do saldo a receber, constituída pela Administração da Companhia, com base nas informações disponíveis sobre a situação financeira e operacional da Baldin Bioenergia S.A., as quais julga suficientes para cobrir riscos na realização dos montantes principais.

Créditos a receber – rateios: Refere-se principalmente aos rateios de despesas de mão de obra da Companhia com suas controladas.

Estoque – refere-se à aquisição de materiais, realizada pela controlada SPE Turbina 17 S.A., destinados a manutenção dos parques eólicos.

Contratos de pré-compra de energia – refere-se a pagamentos antecipados do contrato de pré-compra de energia realizado entre a CPFL Bioenergia e a Baldin. A realização desse saldo ocorre por meio do recebimento mensal de energia.

Ordens em curso – Compreende custos e receitas relacionados à desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo imobilizado. Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em Outras Contas a Pagar (nota 20).

Repactuação GSF – Refere-se ao prêmio pago antecipadamente referente à transferência do risco hidrológico para a Conta Centralizadora de Recursos da Bandeira Tarifária (“CCRBT”), amortizado de forma linear em contrapartida a outros custos operacionais.

(12) INVESTIMENTOS

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial		
Pelo patrimônio líquido da controlada	5.213.596	5.329.492
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	4.217
Subtotal	5.213.596	5.333.709
Mais valia de ativos, líquidos	1.024.671	1.057.756
Total	6.238.267	6.391.465

12.1 Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

Investimentos	Participação no Capital %	31/12/2019				31/12/2019		31/12/2018	2019	2018
		Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial			
CPFL Sul Centrais Elétricas (c)	100%	26.256	14.183	18.208	2.555	18.208	17.325	2.555	691	
CPFL Bioenergia	100%	73.569	51.739	59.457	9.252	59.457	50.205	9.252	7.653	
Eurus VI	100%	41.336	36.495	37.144	649	37.144	36.722	649	1.357	
Eurus VI				369		369				
Eurus VI				(115)		(115)	(92)			
Santa Clara I	100%	160.506	139.189	145.336	6.459	145.336	140.666	6.459	9.112	
Santa Clara I				3.813		3.813	3.813			
Santa Clara I				(1.190)		(1.190)	(952)			
Santa Clara II	100%	146.717	126.205	132.114	6.234	132.114	127.597	6.234	8.274	
Santa Clara II				3.436		3.436	3.436			
Santa Clara II				(1.073)		(1.073)	(858)			
Santa Clara III	100%	148.544	127.086	134.144	7.491	134.144	128.657	7.491	9.699	
Santa Clara III				2.964		2.964	2.964			
Santa Clara III				(925)		(925)	(740)			
Santa Clara IV	100%	151.839	131.667	136.988	5.637	136.988	132.983	5.637	8.075	
Santa Clara IV				2.341		2.341	2.341			
Santa Clara IV				(731)		(731)	(584)			
Santa Clara V	100%	152.371	131.975	138.127	6.505	138.127	133.397	6.505	9.012	
Santa Clara V				2.207		2.207	2.207			
Santa Clara V				(689)		(689)	(551)			
Santa Clara VI	100%	152.563	132.488	136.613	4.125	136.613	133.895	4.125	6.514	
Santa Clara VI				1.766		1.766	1.766			
Santa Clara VI				(551)		(551)	(441)			
CPFL Bio Formosa	100%	125.562	126.936	94.678	5.283	94.678	86.638	5.283	7.567	
CPFL Bio Formosa				-		-	1.993			
CPFL Bio Ipe	100%	34.009	26.249	25.763	5.224	25.763	30.445	5.224	3.319	
CPFL Bio Ipe				(306)		(306)	(244)			
CPFL Bio Ipe				969		969	969			
CPFL Bio Pedra	100%	242.697	205.250	241.865	36.632	241.865	218.268	36.632	23.560	
CPFL Bio Pedra				3.963		3.963	3.963			
CPFL Bio Pedra				(1.244)		(1.244)	(995)			
CPFL Bio Buniti	100%	148.429	135.370	144.380	9.509	144.380	138.023	9.509	7.008	
Chimay Empreendimentos (c)	100%	119.123	61.921	90.170	22.055	90.170	113.071	22.055	5.075	
Mohini Empreendimentos	100%	57.528	10.289	20.885	18.330	20.885	71.418	18.330	5.038	
Jayaditya Empreendimentos (c)	100%	42.530	2.082	11.600	5.098	11.600	36.030	5.098	3.110	
Alto Irani	100%	139.234	2.114	63.399	22.461	63.399	54.201	22.461	17.751	
Plano Alto	100%	83.111	1.527	30.852	16.495	30.852	28.821	16.495	12.836	
Salto Góes	100%	121.417	51.000	61.282	13.631	61.282	80.448	13.631	11.492	
Boa Vista 2	100%	284.868	99.076	94.442	(3.361)	94.442	97.804	(3.361)	(1.341)	
Boa Vista 2	100%			-		-				
Cachoeira Grande	100%	144	6.632	143	6	143	137	6	2	
Penedo	100%	173	1.998	173	(2)	173	175	(2)	(1.642)	
Santa Cruz	100%	4.767	6.498	729	(33)	729	467	(33)	13	
Tombo (a)	100%	4	1.242	0	(0)	0	0	(0)	(939)	
Baixa Verde	95%	215	356	156	(61)	148	160	(61)	(76)	
Baixa Verde				-		-	28			
Cajueiro	95%	336	178	310	(50)	294	344	(50)	(97)	
Costa das Dunas	90%	24.365	4.840	5.127	(95)	4.614	4.251	(96)	(134)	
Costa das Dunas				-		-	115			
Farol de Touros	90%	22.495	4.474	4.250	(96)	3.825	3.413	(97)	(144)	
Farol de Touros				-		-	247			
Figueira Branca	100%	10.750	1.957	1.623	(286)	1.623	1.632	(286)	(159)	
Figueira Branca				-		-	122			
Gameleira	100%	15.801	3.698	3.530	(143)	3.530	3.429	(143)	(186)	
Navegantes (a)	95%	47	298	(0)	(36)	0	(0)	(36)	(32)	
Navegantes (a)				-		-	7			
Bio Alvorada	100%	187.519	45.112	136.649	2.278	136.649	134.941	2.278	6.300	
Atlântica I	100%	147.559	43.081	75.397	7.064	75.397	70.010	7.064	8.769	
Atlântica II	100%	146.515	42.895	71.257	5.975	71.257	66.701	5.975	7.356	
Atlântica IV	100%	150.357	43.688	68.457	6.400	68.457	62.456	6.400	8.980	
Atlântica V	100%	165.055	50.579	88.745	5.957	88.745	84.277	5.957	9.965	
Bio Coopcana	100%	154.798	45.053	100.284	6.431	100.284	92.487	6.431	5.936	
Currul Velho	100%	198.149	63.000	82.771	(6.092)	82.771	88.863	(6.092)	8.124	
Eólica Paracuru (c)	100%	118.074	22.230	24.222	19.281	24.221	19.518	19.281	11.499	
Pontal das Falésias	100%	184.110	63.000	83.958	(4.353)	83.958	88.311	(4.353)	8.038	
SIIF Cinco (c)	100%	106.275	24.062	29.076	11.888	29.076	31.058	11.888	18.380	
SPE Lacenas Participacoes LT	100%	93.545	43.512	79.159	1.861	79.159	77.298	1.861	2.896	
Rosa dos Ventos	100%	54.389	12.240	20.913	7.897	20.912	26.976	7.898	699	
PCH Holding	100%	500.730	436.193	464.882	69.745	464.882	475.212	69.745	35.896	
PCH Holding 2	100%	248.767	6.515	98.918	19.275	98.918	83.581	19.275	7.513	
PCH Holding 2				-		-	335			
Eólica Holding	100%	230.556	37.416	219.130	13.586	219.130	205.544	13.586	38.689	
PCH Participações (b)				-		-			17.925	
Solar I	100%	3.847	33	0	(356)	0	86	(356)	(373)	
Turbina 15 (b)				-		-			75.876	
Turbina 16	100%	851.137	635.875	836.452	35.777	836.452	992.716	35.777	60.650	
Turbina 17	100%	65.866	1.025	1.305	298	1.305	7	298	15.577	
SIIF Desenvolvimento (b)				-		-			(17)	
SIIF Energies (b)				-		-			11.708	
Dobrevê	100%	821.571	747.359	714.618	51.728	714.618	662.341	51.728	57.039	
Dobrevê				224.194		224.194	224.194			
Dobrevê				(54.323)		(54.323)	(44.078)			
Dobrevê				-		-	1.370			
Subtotal - Investimento pelo patrimônio líquido da controlada						5.213.596	5.333.709	454.107	569.831	
Amortização da mais valia de ativos, líquida de efeitos fiscais								(50.808)	(74.043)	
Amortização de juros capitalizados								(1.365)	(1.365)	
Total						5.213.596	5.333.709	401.934	494.423	

(a) Controladas com provisão para perda de investimento, valor reclassificado para o passivo não circulante.

Após operação de reestruturação societária ocorrida em 1º de agosto de 2018, (b) as empresas Eólica Formosa, Eólica Icaraizinho, SIIF Desenvolvimento e SIIF Énergies foram incorporadas pela CPFL Renováveis, e (c) as empresas Paracuru e SIIF Cinco passaram a ser controladas diretamente pela CPFL Renováveis. Após nova operação de reestruturação societária ocorrida em 1º de dezembro de 2018, (b) as empresas BVP, BVP Geradora, T-15 e PCH Participações foram incorporadas pela CPFL Renováveis, e (c) as empresas Chimay, Mohini, Jayaditya e Sul Centrais Elétricas passaram a ser controladas diretamente pela CPFL Renováveis.

A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da controladora, a amortização da mais valia de ativos de R\$ 50.809 (R\$ 74.043 em 2018) é classificada na rubrica “resultado de participações societárias”, em consonância com o ICPC 09 (R2).

A movimentação, na controladora, dos saldos de investimento em controladas nos exercícios de 2019 e 2018 é como segue:

Investimento	Investimento em 31/12/2017	Aumento / Integralização de capital	Redução de capital	Amortização / Capitalização de Juros	Transferência de Investimento	Incorporação	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	Investimento em 31/12/2018
Alto Irani	52.051	-	-	-	-	-	17.751	(15.600)	54.202
Atlântica I	63.324	-	-	-	-	-	8.769	(2.082)	70.011
Atlântica II	61.092	-	-	-	-	-	7.356	(1.747)	66.701
Atlântica IV	63.139	-	-	-	-	-	8.980	(9.663)	62.456
Atlântica V	76.803	-	-	-	-	-	9.965	(2.492)	84.276
Baixa Verde	80	156	-	-	-	-	(76)	-	160
Bio Alvorada	132.874	5.141	(7.800)	-	-	-	6.300	(1.575)	134.940
Bio Buriti	142.043	-	-	-	-	-	7.008	(11.028)	138.023
Bio Coopcana	103.635	-	(15.600)	-	-	-	5.936	(1.484)	92.487
Bioenergia	42.552	-	-	-	-	-	7.653	-	50.205
Bio Ester	74.403	-	-	-	-	-	2.896	-	77.299
Bio Formosa	78.447	625	-	-	-	-	7.567	-	86.639
Bio Ipê	32.966	25	-	(61)	-	-	3.319	(5.079)	31.170
Bio Pedra	229.572	-	-	(249)	-	-	23.560	(31.646)	221.237
Boa Vista 2	42.456	56.689	-	-	-	-	(1.341)	-	97.804
Cachoeira Grande	135	-	-	-	-	-	2	-	137
Cajueiro	330	113	-	-	-	-	(97)	(2)	344
Chimay	-	-	-	-	-	159.035	5.075	(51.039)	113.071
Costa das Dunas	541	4.260	-	-	-	-	(134)	(417)	4.250
Dobrevê Energia	925.221	94.567	(141.401)	-	-	-	50.278	(86.212)	842.453
Edílica Holding	176.527	-	-	-	-	-	38.689	(9.672)	205.544
Edílica Paracuru	-	-	-	-	-	16.817	11.499	(8.798)	19.518
Eurus V	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eurus VI	38.558	-	-	(22)	-	-	1.357	(2.893)	37.000
Farol de Touros	184	3.740	-	-	-	-	(144)	(366)	3.414
Figueira Branca	111	1.680	-	-	-	-	(159)	-	1.632
Gameleira	885	2.731	-	-	-	-	(186)	-	3.430
Jayaditya	-	-	-	-	-	45.612	3.110	(12.692)	36.030
Mohini	-	-	-	-	-	110.068	5.038	(43.688)	71.418
Navegantes	3	26	-	-	-	3	(32)	-	-
PCH Holding	447.842	-	-	-	-	-	35.896	(8.525)	475.213
PCH Holding 2	60.132	17.813	-	-	-	-	7.513	(1.879)	83.579
PCH Participações	278.863	112	-	-	-	(296.405)	24.313	(6.883)	-
Pedra Cheirosa I	91.273	48.642	(57.188)	-	-	-	8.124	(1.988)	88.863
Pedra Cheirosa II	56.049	34.946	(8.753)	-	-	-	8.038	(1.969)	88.311
Penedo	1.817	-	-	-	-	-	(1.642)	-	175
Plano Alto	27.687	-	-	-	-	-	12.836	(11.700)	28.823
Rosa dos Ventos	33.230	-	-	-	-	-	698	(6.952)	26.976
Salto Góes	71.685	-	-	-	-	-	11.492	(2.729)	80.448
Santa Clara I	146.938	-	-	(238)	-	-	9.112	(12.284)	143.528
Santa Clara II	133.700	-	-	(215)	-	-	8.274	(11.583)	130.176
Santa Clara III	134.613	-	-	(185)	-	-	9.699	(13.245)	130.882
Santa Clara IV	138.388	-	-	(146)	-	-	8.075	(11.579)	134.738
Santa Clara V	138.535	-	-	(138)	-	-	9.012	(12.359)	135.050
Santa Clara VI	138.999	-	-	(110)	-	-	6.514	(10.183)	135.220
Santa Cruz	454	-	-	-	-	-	13	-	467
SIIF Cinco	-	-	-	-	-	19.313	18.380	(6.635)	31.058
SIIF Desenvolvimento	129	-	-	-	-	-	(112)	(17)	-
SIIF Energias	304.682	-	-	-	-	(290.167)	11.708	(26.223)	-
Solar 1	459	-	-	-	-	-	(373)	-	86
Sul Centrais Elétricas	-	-	-	-	-	24.104	691	(7.470)	17.325
T-15	591.402	-	-	-	-	(676.470)	85.068	-	-
Tombo	932	5	-	-	-	2	(939)	-	-
Turbina 16	873.973	72.497	-	-	-	-	60.650	(14.404)	992.716
Turbina 17	10	-	-	-	-	-	(3)	-	7
Subtotal do investimento	6.009.724	343.768	(230.742)	(1.364)	5	(888.205)	563.071	(466.765)	5.329.492
Navegantes*	-	-	-	-	(3)	-	-	-	(3)
Tombo*	-	-	-	-	(2)	-	-	-	(2)
Total do investimento	-	-	-	-	(5)	-	-	-	(5)

Investimento	Investimento em 31/12/2018	Aumento / Integralização de capital	Redução de Capital	Amortização/ Capitalização de Juros	Transferência de Investimento	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	Investimento em 31/12/2019
Alto Irani	54.201	-	-	-	-	22.461	(13.264)	63.399
Atlântica I	70.010	-	-	-	-	7.064	(1.678)	75.397
Atlântica II	66.701	-	-	-	-	5.975	(1.419)	71.257
Atlântica IV	62.456	1.121	-	-	-	6.400	(1.520)	68.457
Atlântica V	84.277	-	-	-	-	5.957	(1.489)	88.745
Baixa Verde	160	49	-	-	-	(61)	-	148
Bio Alvorada	134.941	-	-	-	-	2.278	(570)	136.649
Bio Burity	138.023	-	-	-	-	9.509	(3.152)	144.380
Bio Coopcana	92.487	3.271	-	-	-	6.431	(1.905)	100.284
Bioenergia	50.205	-	-	-	-	9.252	-	59.457
Bio Ester	77.298	-	-	-	-	1.861	-	79.159
Bio Formosa	86.638	2.757	-	-	-	5.283	-	94.678
Bio Ipê	31.169	-	-	(61)	-	5.224	(9.907)	26.426
Bio Pedra	221.237	-	-	(249)	-	36.632	(13.035)	244.585
Bos Vista 2	97.804	-	-	-	-	(3.361)	-	94.442
Cachoeira Grande	137	-	-	-	-	6	-	143
Cajueiro	344	-	-	-	-	(50)	-	294
Chimay	113.071	-	(23.617)	-	-	22.055	(21.339)	90.170
Costa das Dunas	4.251	459	-	-	-	(96)	-	4.614
Dobrevê Energia	842.456	12.508	-	-	-	51.728	(22.204)	884.488
Edíca Holding	205.544	-	-	-	-	13.586	-	219.130
Edíca Paracuru	19.518	-	-	-	-	19.281	(14.578)	24.221
Eurus VI	36.998	-	-	(22)	-	649	(227)	37.398
Farol de Touros	3.413	509	-	-	-	(97)	-	3.825
Figueira Branca	1.632	277	-	-	-	(286)	-	1.623
Gameleira	3.429	243	-	-	-	(143)	-	3.530
Navegantes	-	-	-	-	36	(36)	-	-
Jayaditya	36.030	-	(18.740)	-	-	5.098	(10.789)	11.600
Mohini	71.418	-	(49.663)	-	-	18.330	(19.199)	20.885
PCH Holding	475.212	-	-	-	-	69.745	(80.075)	464.882
PCH Holding 2	83.581	880	-	-	-	19.275	(4.819)	98.918
Pedra Cheirosa I	88.863	-	-	-	-	(6.092)	-	82.771
Pedra Cheirosa II	88.311	-	-	-	-	(4.353)	-	83.958
Penedo	175	-	-	-	-	(2)	-	173
Plano Alto	28.821	-	-	-	-	16.495	(14.464)	30.852
Rosa dos Ventos	26.976	-	-	-	-	7.898	(13.962)	20.912
Salto Góes	80.448	-	-	-	-	13.631	(32.796)	61.282
Santa Clara I	143.527	-	-	(238)	-	6.459	(1.789)	147.959
Santa Clara II	130.175	-	-	(215)	-	6.234	(1.717)	134.478
Santa Clara III	130.881	-	-	(185)	-	7.491	(2.003)	136.184
Santa Clara IV	134.739	-	-	(146)	-	5.637	(1.632)	138.599
Santa Clara V	135.052	-	-	(138)	-	6.505	(1.774)	139.645
Santa Clara VI	135.220	-	-	(110)	-	4.125	(1.407)	137.828
Santa Cruz	467	295	-	-	-	(33)	-	729
SILF Cinco	31.058	-	-	-	-	11.888	(13.870)	29.076
Solar 1	86	-	-	-	270	(356)	-	-
Sul Centrais Elétricas	17.325	-	-	-	-	2.555	(1.671)	18.208
Turbina 16	992.716	-	(183.544)	-	-	35.777	(8.497)	836.452
Turbina 17	7	1.000	-	-	-	298	-	1.305
Subtotal do investimento	5.329.492	23.369	(275.564)	(1.364)	306	454.107	(316.751)	5.213.596
Navegantes *	(3)	16	-	-	(36)	-	-	(23)
Solar 1 *	-	-	-	-	(270)	-	-	(270)
Tombo *	(2)	-	-	-	-	-	-	(2)
Total do investimento	(5)	16	-	-	(306)	-	-	(295)

*Provisão para perda de investimento, valor reclassificado para o passivo não circulante.

12.2 Mais valia de ativos e ágio

A mais valia de ativos refere-se basicamente ao direito de explorar a concessão adquirido através de combinações de negócios. O ágio refere-se basicamente a aquisições de investimentos e está suportado pela perspectiva de rentabilidade futura (vide nota 14).

Nas demonstrações financeiras consolidadas estes valores estão classificados no grupo de Intangível (nota 14).

12.3 Dividendo a receber

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os seguintes saldos a receber das controladas diretas, referentes a dividendos:

Controladas	Dividendos	
	31/12/2019	31/12/2018
PCH de Mato Grosso e Rio Grande do Sul	-	900
PCH de Minas Gerais	12	12
PCH de Santa Catarina	5.920	23.311
PCH de São Paulo	2.200	24.754
Eólica de Palmares do Sul (RS)	8.852	6.479
Eólica de Aracati (CE)	3.112	1.153
Eólica de Itarema (CE)	178	2.546
Eólica de Outras localidades (CE)	6.613	16.020
Eólica de Parazinho (RN)	-	15.486
Empreendimentos de bioenergia	3.370	22.289
Sociedades de participações	59.541	79.024
	89.798	191.974

Dos montantes destinados em 2019, e registrados como contas a receber, R\$ 418.927 (R\$ 435.293 em 31 de dezembro de 2018) foram pagos pelas controladas para a Companhia em 2019.

12.4 Participação de acionistas não controladores

A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

12.4.1 Movimentação da participação de acionistas não controladores

	Costa Branca	Juremas	Macacos	Pedra Preta	Ludesa	Outros	Total
Saldo em 31/12/2018	3.895	2.641	3.397	3.762	87.933	1.750	103.377
Participação acionária e no capital votante	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	40,00%	5 a 10%	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	220	146	190	319	9.550	(29)	10.396
Aumento de capital	-	-	-	-	-	111	111
Dividendos	(34)	(26)	(31)	(25)	(11.781)	-	(11.897)
Saldo em 31/12/2019	4.081	2.761	3.556	4.056	85.702	1.832	101.987
Participação acionária e no capital votante	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	40,00%	5 a 10%	

12.4.2 Informações financeiras resumidas das controladas que têm participação de não controladores

As informações financeiras resumidas das controladas em que há participação de não controladores, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, são como segue:

31/12/2019						
	Costa Branca	Juremas	Macacos	Pedra Preta	Ludesa	Outras
Ativo circulante	4.856	4.112	5.405	5.101	7.702	16.327
Caixa e equivalentes de caixa	1.507	1.362	1.991	1.066	566	6.505
Ativo não circulante	106.359	70.688	91.588	100.998	89.858	31.130
Passivo circulante	10.164	7.239	8.907	9.776	2.927	3.700
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.878	3.600	4.850	4.739	-	-
Outros passivo financeiros	5.286	3.639	4.057	5.037	2.927	3.700
Passivo não circulante	48.458	35.942	48.251	47.228	-	33.937
Empréstimos, financiamentos e debêntures	44.852	33.119	44.617	43.591	-	-
Outros passivo financeiros	3.606	2.823	3.634	3.637	-	33.937
Patrimônio líquido	52.593	31.619	39.836	49.096	94.634	9.819

31/12/2018						
	Costa Branca	Juremas	Macacos	Pedra Preta	Ludesa	Outras
Ativo circulante	6.059	5.433	8.494	7.270	11.231	879
Caixa e equivalentes de caixa	2.520	3.387	5.677	2.884	1.939	127
Ativo não circulante	103.938	70.079	91.050	98.185	106.899	8.606
Passivo circulante	8.781	6.095	7.517	9.853	24.579	45
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.874	3.598	4.847	4.736	-	-
Outros passivo financeiros	3.907	2.497	2.670	5.118	24.579	45
Passivo não circulante	51.209	39.568	54.174	50.458	3.679	397
Empréstimos, financiamentos e debêntures	49.419	36.493	49.162	48.032	-	-
Outros passivo financeiros	1.790	3.074	5.012	2.426	3.679	397
Patrimônio líquido	50.007	29.850	37.853	45.144	89.872	9.043

2019						
	Costa Branca	Juremas	Macacos	Pedra Preta	Ludesa	Outras
Receita operacional líquida	17.282	11.446	15.160	17.568	46.897	-
Custo e despesa operacional	(4.409)	(3.000)	(4.254)	(3.811)	(4.294)	(375)
Depreciação e amortização	(3.782)	(2.582)	(3.268)	(3.354)	(7.186)	-
Receita de juros	5.969	2.736	4.323	5.812	721	5
Despesa de juros	(9.052)	(5.125)	(7.429)	(8.516)	(306)	(3)
Despesa de imposto sobre a renda	(2.559)	(1.274)	(1.932)	(2.515)	(1.719)	-
Lucro (prejuízo) líquido	3.448	2.202	2.600	5.183	34.113	(368)

2018						
	Costa Branca	Juremas	Macacos	Pedra Preta	Ludesa	Outras
Receita operacional líquida	27.533	18.315	24.918	27.955	43.437	-
Custo e despesa operacional	(7.919)	(5.311)	(7.229)	(6.978)	(6.189)	(552)
Depreciação e amortização	(2.231)	(2.984)	(3.606)	(4.037)	(7.172)	-
Receita de juros	2.302	1.378	2.111	2.243	706	31
Despesa de juros	(5.961)	(4.131)	(5.620)	(5.614)	(405)	(1)
Despesa de imposto sobre a renda	(1.640)	(1.031)	(1.492)	(1.634)	(1.607)	-
Lucro (prejuízo) líquido	12.082	6.236	9.081	11.936	28.770	(524)

12.5 Reestruturações societárias ocorridas em 2018

12.5.1 Primeiro passo da incorporação de controladas

Em 1º de agosto de 2018, os acionistas da Companhia aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação das controladas diretas SIIF Energies do Brasil Ltda. e SIIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda., e das controladas indiretas Eólica Icaraizinho Geração e Comercialização de Energia S.A. e Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia S.A. nos termos do Protocolo de Incorporação e Justificação e dos Laudos de Avaliação, também aprovados na referida data.

Com essa incorporação, a CPFL Renováveis (controladora) passou a ter a atividade de geração de energia, decorrente dos empreendimentos incorporados da Eólica Icaraizinho e Eólica Formosa e, conseqüentemente, as SPEs Eólica Paracuru e SIIF Cinco passaram a ser controladas diretas da CPFL Renováveis.

12.5.2 Segundo passo da incorporação de controladas

Em 30 de novembro de 2018 (com efeitos a partir de 1º de dezembro de 2018), os acionistas da Companhia aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da controlada direta T-15 Energia S.A. e das controladas indiretas PCH Participações S.A.; BVP S.A. e BVP Geradora de Energia S.A. nos termos do Protocolo de Incorporação e Justificação e dos Laudos de Avaliação, também aprovados na referida data. Das empresas incorporadas, somente a BVP Geradora era operacional, as demais companhias eram holdings.

Com essa incorporação a CPFL Renováveis passou a deter participação direta nas SPEs Mohini Empreendimentos e Participações Ltda., Chimay Empreendimentos e Participações Ltda., Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda. e CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda., anteriormente, controladas da T-15 Energia S.A..

(13) IMOBILIZADO

	Controladora						
	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2017	4.088	1.142	7.539	425	711	9.369	23.274
Custo histórico	4.088	3.093	11.893	530	994	9.369	29.967
Depreciação acumulada	-	(1.951)	(4.354)	(105)	(283)	-	(6.693)
Adições	-	-	-	-	-	14.963	14.963
Baixas	-	-	-	(217)	(88)	(1)	(306)
Transferências	-	2.343	2.591	234	589	(5.946)	(189)
Depreciação	(21)	(3.261)	(15.922)	(82)	(97)	-	(19.383)
Baixa da depreciação	-	-	-	86	32	-	118
Combinação de negócios	85	88.622	625.375	161	261	64.072	778.576
Saldo em 31/12/2018	4.152	88.846	619.583	607	1.408	82.457	797.053
Custo histórico	4.193	142.364	1.223.490	809	2.101	82.457	1.455.414
Depreciação acumulada	(41)	(53.518)	(603.907)	(202)	(693)	-	(658.361)
Taxa média de depreciação %	1%	16,16%	9,65%	18,10%	6,26%		

Controladora

	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2018	4.152	88.846	619.583	607	1.408	82.457	797.053
Custo histórico	4.193	142.364	1.223.490	809	2.101	82.457	1.455.414
Depreciação acumulada	(41)	(53.518)	(603.907)	(202)	(693)	-	(658.361)
Adições	-	-	-	-	-	58.737	58.737
Baixas	-	-	(17.552)	(213)	-	(165)	(17.930)
Transferências	-	17.407	38.155	241	168	(55.971)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	-	-	-	-	-	(71)	(71)
Depreciação	(4)	(8.333)	(65.142)	(131)	(132)	-	(73.742)
Baixa da depreciação	-	-	8.575	87	-	-	8.662
Saldo em 31/12/2019	4.148	97.920	583.619	591	1.444	84.988	772.707
Custo histórico	4.193	159.771	1.244.093	837	2.269	84.988	1.496.151
Depreciação acumulada	(45)	(61.851)	(660.474)	(246)	(825)	-	(723.441)
Taxa média de depreciação %	1%	16,27%	15,36%	14,29%	6,27%		

Consolidado

	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2017	135.683	756.042	669.113	5.938.925	705	2.431	197.305	7.700.203
Custo histórico	166.000	1.136.105	905.827	7.778.400	1.025	5.590	197.305	10.190.254
Depreciação acumulada	(30.317)	(380.063)	(236.714)	(1.839.476)	(321)	(3.159)	-	(2.490.050)
Adições	-	-	-	-	-	-	235.151	235.151
Baixas	(8)	-	15	(12.416)	(218)	(18)	(2.105)	(14.750)
Transferências	20.181	150.932	38.852	77.878	234	615	(288.692)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	(2.755)	-	(108.628)	102.914	-	6	(2.044)	(10.507)
Depreciação	(7.118)	(50.161)	(37.407)	(366.570)	(160)	(1)	-	(461.417)
Baixa da depreciação	2	-	-	4.909	86	31	-	5.028
Reclassificações e transferências de/para outros ativos - depreciação	(994)	-	20.714	(18.845)	-	-	-	875
Saldo em 31/12/2018	144.991	856.814	582.658	5.726.794	648	3.064	139.615	7.454.584
Custo histórico	183.418	1.287.038	836.066	7.946.776	1.042	6.193	139.615	10.400.148
Depreciação acumulada	(38.427)	(430.224)	(253.408)	(2.219.982)	(394)	(3.129)	-	(2.945.564)
Taxa média de depreciação %	5,05%	5,92%	6,02%	5,23%	15,74%	4,24%		

	Consolidado							
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2018	144.991	856.814	582.658	5.726.794	648	3.064	139.615	7.454.584
Custo histórico	183.418	1.287.038	836.066	7.946.776	1.042	6.193	139.615	10.400.148
Depreciação acumulada	(38.427)	(430.224)	(253.408)	(2.219.982)	(394)	(3.129)	-	(2.945.564)
Adições	-	-	-	-	-	-	240.594	240.594
Baixas	-	(5)	(31.080)	(22.349)	(213)	-	(8)	(53.655)
Transferências	603	15.744	48.146	69.211	260	390	(134.354)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	(1.333)	(8.249)	(6.968)	12.395	-	(40)	2.170	(2.025)
Depreciação	(7.911)	(55.031)	(37.768)	(380.522)	(151)	(372)	-	(481.755)
Baixa da depreciação	-	5	2.231	11.353	87	-	-	13.676
Reclassificações e transferências de/para outros ativos - depreciação	(5)	-	21	645	-	-	-	661
Saldo em 31/12/2019	136.345	809.279	557.240	5.417.528	632	3.043	248.017	7.172.083
Custo histórico	182.688	1.294.527	846.164	8.006.034	1.090	6.543	248.017	10.585.063
Depreciação acumulada	(46.343)	(485.249)	(288.924)	(2.588.506)	(458)	(3.500)	-	(3.412.981)
Taxa média de depreciação %	3,86%	3,89%	3,88%	4,44%	13,25%	9,18%		

O saldo de imobilizado em curso na controladora refere-se principalmente a obras em andamento das controladas operacionais e/ou em desenvolvimento, com destaque para os projetos das SPE incorporadas pela CPFL Renováveis em 2018 (vide nota 12.6) com imobilizado em curso de R\$ 84.998 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 82.457 em 31 de dezembro de 2018) e os projetos em construção do Complexo Gameleiras com imobilizado em curso de R\$ 47.990 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 13.182 em 31 de dezembro de 2018).

Em conformidade com o CPC 20 (R1) e IAS 23, os juros referentes aos empréstimos tomados pelas controladas para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção. No consolidado, para o ano de 2019 não houve registro de juros capitalizados (R\$ 10.591 em 2018 a uma taxa de 8,74% em 2018).

No consolidado, os valores de depreciação estão registrados na demonstração do resultado, na linha de “Depreciação e amortização”.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor total de ativos imobilizados concedidos em garantia a empréstimos e financiamentos, conforme mencionado nas notas 16 e 17, é de aproximadamente R\$ 3.908.099.

13.1 Teste de redução ao valor recuperável dos ativos (“impairment”)

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2019 e de 2018, não houve necessidade de provisão de recuperação.

(14) INTANGÍVEL

	Controladora		
	Direito de concessão		
	Adquirido em combinações de negócio	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2017	-	11.406	11.406
Custo histórico	-	16.065	16.065
Amortização acumulada	-	(4.659)	(4.659)
Adições	-	9.974	9.974
Amortização	(14.717)	(2.928)	(17.645)
Transferência - custos e amortização	-	189	189
Baixa e transferência - outros ativos	-	(7)	(7)
Combinação de negócios	916.736	4.384	921.120
Saldo em 31/12/2018	902.019	23.018	925.038
Custo histórico	916.736	32.402	949.138
Amortização acumulada	(14.717)	(9.384)	(24.100)

	Controladora		
	Direito de concessão		
	Adquirido em combinações de negócio	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2018	902.019	23.018	925.038
Custo histórico	916.736	32.402	949.138
Amortização acumulada	(14.717)	(9.384)	(24.101)
Adições	-	5.987	5.987
Amortização	(64.431)	(3.455)	(67.886)
Transferência - outros ativos	-	71	71
Saldo em 31/12/2019	837.588	25.621	863.210
Custo histórico	916.736	38.460	955.196
Amortização acumulada	(79.148)	(12.839)	(91.987)

	Consolidado		
	Direito de concessão	Outros ativos intangíveis	Total
	Adquirido em combinações de negócio		
Saldo em 31/12/2017	2.818.331	33.041	2.851.373
Custo histórico	3.700.849	50.124	3.750.973
Amortização acumulada	(882.518)	(17.083)	(899.601)
Adições	-	10.235	10.235
Amortização	(157.649)	(4.041)	(161.690)
Transferência - custos e amortizações	-	1.724	1.724
Baixas e outros movimentos	(58.057)	(626)	(58.683)
Saldo em 31/12/2018	2.602.625	40.333	2.642.958
Custo histórico	3.637.662	61.483	3.699.145
Amortização acumulada	(1.035.037)	(21.150)	(1.056.187)

	Consolidado		
	Direito de concessão	Outros ativos intangíveis	Total
	Adquirido em combinações de negócio		
Saldo em 31/12/2018	2.602.625	40.333	2.642.958
Custo histórico	3.637.662	61.483	3.699.145
Amortização acumulada	(1.035.037)	(21.150)	(1.056.187)
Adições	-	6.030	6.030
Amortização	(159.227)	(4.741)	(163.968)
Transferência de imobilizado	-	1.365	1.365
Saldo em 31/12/2019	2.443.398	42.987	2.486.385
Custo histórico	3.637.662	68.878	3.706.540
Amortização acumulada	(1.194.264)	(25.891)	(1.220.155)

No consolidado, os valores de amortização estão registrados como (i) “amortização de intangível de concessão” para a amortização do ativo intangível adquirido em combinação de negócios; e (ii) “depreciação e amortização” para a amortização de outros ativos intangíveis.

14.1 Intangível adquirido em combinações de negócios

A composição do ativo intangível correspondente ao direito de explorar as concessões, adquirido em combinações de negócios, está demonstrado a seguir:

	Consolidado					
	31/12/2019		31/12/2018		Taxa de amortização anual	
	Custo Histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	2019	2018
Intangível adquirido em combinações de negócio						
Intangível adquirido não incorporado						
Alto Irani	171.016	(68.542)	102.474	110.603	4,76%	4,76%
Arvoredo	38.086	(15.437)	22.649	24.408	4,60%	4,60%
Atlântica I	469	(85)	383	401	3,13%	3,13%
Atlântica II	469	(85)	383	402	3,12%	3,12%
Atlântica IV	469	(85)	383	402	3,12%	3,12%
Atlântica V	469	(85)	383	402	3,12%	3,12%
Baixa Verde	4.981	-	4.981	4.981	-	-
Barra da Paciência	82.973	(47.160)	35.813	39.404	16,56%	5,40%
Bio Ester	15.874	(6.837)	9.037	9.964	5,94%	5,94%
Boa Vista 2	74.049	(2.513)	71.536	73.856	3,13%	0,26%
Cajueiro	7.823	-	7.823	7.823	-	-
Campo dos Ventos I	3.642	(467)	3.175	3.323	3,75%	3,75%
Campo dos Ventos II	5.576	(1.084)	4.492	4.674	3,07%	3,07%
Campo dos Ventos III	3.642	(476)	3.165	3.312	3,74%	3,74%
Campo dos Ventos V	3.642	(467)	3.175	3.323	3,75%	3,75%
Cocais Grande	29.297	(13.728)	15.569	17.115	5,31%	5,31%
Corrente Grande	49.995	(28.119)	21.876	24.045	16,09%	5,38%
Costa Branca	49.482	(8.732)	40.750	42.251	3,80%	3,07%
Costa das Dunas	5.278	-	5.278	5.278	-	-
Eólica Paracuru	234.646	(91.408)	143.238	154.560	4,82%	4,82%
Eurus I	66.774	(12.134)	54.640	56.712	4,86%	3,15%
Eurus III	66.774	(12.134)	54.640	56.712	18,17%	3,15%
Eurus VI	1.311	(296)	1.015	1.066	3,02%	3,02%
Farol de Touros	4.060	-	4.060	4.060	-	-
Figueira Branca	2.436	-	2.436	2.436	-	-
Figueirópolis	6.672	(1.803)	4.869	5.221	5,09%	5,09%
Gameleira	3.248	-	3.248	3.248	-	-
Juremas	40.751	(7.210)	33.542	34.776	3,81%	3,08%
Ludesa	132.579	(38.337)	94.242	101.393	14,79%	5,43%
Macacos	53.384	(9.445)	43.939	45.577	3,81%	3,08%
Mata Velha	29.533	(9.772)	19.760	21.346	23,16%	6,25%
Morro dos Ventos I	52.030	(9.822)	42.207	43.858	17,04%	3,22%
Morro dos Ventos II	3.932	(1.226)	2.707	2.815	15,84%	3,20%
Morro dos Ventos III	52.030	(9.822)	42.207	43.875	17,04%	3,22%
Morro dos Ventos IV	52.030	(9.822)	42.207	43.875	17,04%	3,22%
Morro dos Ventos VI	52.030	(9.822)	42.207	87.750	17,04%	3,35%
Morro dos Ventos IX	54.254	(10.203)	44.051	45.791	17,04%	3,09%
Ninho da Águia	29.297	(13.728)	15.569	17.115	5,31%	5,31%
Paioi	58.594	(24.027)	34.567	37.273	4,66%	4,66%
Pedra Cheirosa I	40.147	(3.128)	37.019	38.264	3,12%	3,90%
Pedra Cheirosa II	36.113	(2.814)	33.299	34.423	3,12%	3,65%
Pedra Preta	53.390	(9.422)	43.968	45.589	16,80%	3,07%
Plano Alto	127.249	(51.001)	76.249	82.306	4,76%	4,76%
Rosa dos Ventos	67.741	(21.554)	46.187	49.879	5,45%	5,45%
Salto Góes	55.442	(14.194)	41.247	43.251	3,61%	3,61%
Santa Clara I	5.229	(1.186)	4.044	4.209	3,02%	3,02%
Santa Clara II	5.229	(1.183)	4.047	4.210	3,02%	3,02%
Santa Clara III	5.229	(1.186)	4.044	4.207	3,02%	3,02%
Santa Clara IV	5.229	(1.186)	4.044	4.207	3,02%	3,02%
Santa Clara V	5.229	(1.177)	4.053	4.213	3,00%	3,00%
Santa Clara VI	5.229	(1.186)	4.044	4.207	3,02%	3,02%
Santa Luzia	88.167	(22.753)	65.414	68.243	3,23%	3,43%
Santa Mônica	5.963	(673)	5.290	5.489	3,66%	3,66%
Santa Ursula	5.963	(673)	5.290	5.489	3,66%	3,66%
Santo Dimas	5.963	(675)	5.288	5.513	3,67%	3,67%
São Benedito	5.963	(691)	5.272	5.495	3,71%	3,66%
São Domingos	5.963	(678)	5.285	5.479	3,44%	3,50%
São Gonçalo	32.226	(15.034)	17.192	18.901	5,29%	5,29%
São Martinho	5.963	(673)	5.290	5.513	3,66%	3,66%
SIIF Cinco	139.766	(54.888)	84.878	91.662	4,86%	4,86%
Varginha	26.367	(12.355)	14.012	15.404	5,31%	5,31%
Varzea Alegre	21.973	(10.296)	11.676	12.856	5,31%	5,31%
Subtotal	2.299.328	(693.518)	1.605.810	1.700.560		
Intangível adquirido já incorporado - recomposto						
Eólica de Icarazinho	353.069	(137.541)	215.528	232.542	4,82%	4,82%
Eólica de Formosa	227.113	(89.190)	137.923	148.976	4,86%	4,87%
BVP Geradora	760.029	(275.892)	484.137	520.547	4,79%	4,79%
Subtotal	1.340.211	(502.623)	837.588	902.065		
Total	3.639.539	(1.196.141)	2.443.398	2.602.625		

O saldo dos intangíveis é amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração dos empreendimentos, pelo método da linha reta a partir da data de entrada em operação.

14.2 Teste de redução ao valor recuperável dos ativos (“impairment”)

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

Para os exercícios de 2019 e 2018, com base na avaliação mencionada de eventuais indicativos, não houve necessidade de provisão de recuperação.

(15) FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante				
Suprimento de energia elétrica	55.393	42.043	50.487	42.661
Encargos de uso da rede elétrica	239	187	1.278	1.226
Materiais e serviços	29.229	14.134	84.953	31.431
Total	84.861	56.364	136.717	75.318
Não circulante				
Suprimento de energia elétrica	1.005	-	104.206	113.853

(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2017	Captação	Controladora				Saldo em 31/12/2018
			Amortização principal	Encargos, atualização monetária	Encargos pagos	Transferência de saldo por incorporação	
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pré	83.536	-	(30.237)	7.098	(6.135)	208.735	262.997
TJLP	565.155	-	(63.994)	45.335	(41.687)	99.995	604.804
CDI	193.067	-	(131.252)	10.955	(28.600)	-	44.170
IGPM	-	-	(2.723)	81	(1.120)	55.425	51.663
Total do custo	841.758	-	(228.206)	63.469	(77.542)	364.155	963.634
Gastos com captação (*)	(436)	-	-	475	-	-	39
Total	841.322	-	(228.206)	63.944	(77.542)	364.155	963.673
	275.604						174.291
	565.718						789.382

Modalidade	Controladora				
	Saldo em 31/12/2018	Amortização principal	Encargos e atualização monetária	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2019
Mensuradas ao custo					
Moeda nacional					
Pré Fixado	262.997	(47.654)	20.167	(18.217)	217.292
Pós Fixado					
TJLP	607.901	(73.620)	24.089	(24.756)	533.614
CDI	44.170	(44.000)	1.489	(1.659)	-
IGPM	51.663	(11.142)	6.161	(4.076)	42.606
Outros	-	-	-	-	-
Total ao custo	966.731	(176.417)	51.906	(48.708)	793.512
Gastos com captação (*)	(3.058)	-	475	-	(2.583)
Total	963.673	(176.417)	52.381	(48.708)	790.929
Circulante	174.291				131.479
Não Circulante	789.382				659.450

Modalidade	Consolidado					Saldo em 31/12/2018
	Saldo em 31/12/2017	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária	Encargos pagos	
Mensuradas ao custo						
Moeda nacional						
Pré	445.981	166.404	(69.040)	37.252	(37.357)	543.240
TJLP	3.039.453	125.515	(294.764)	258.086	(234.405)	2.893.885
CDI	681.787	16.000	(412.152)	39.200	(57.042)	267.793
IGPM	57.290	-	(10.511)	9.788	(4.679)	51.888
IPCA	-	32.417	-	680	(312)	32.785
Total do custo	4.224.511	340.336	(786.467)	345.006	(333.795)	3.789.591
Gastos com captação (*)	(19.272)	(6.820)	-	3.790	-	(22.302)
Total	4.205.239	333.516	(786.467)	348.796	(333.795)	3.767.289
	733.591					476.262
	3.471.648					3.291.027

Modalidade	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos e atualização monetária	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2019
Mensuradas ao custo						
Moeda nacional						
Pré Fixado	543.240	-	(75.312)	37.114	(40.692)	464.351
TJLP	2.893.885	-	(289.277)	226.875	(205.807)	2.625.676
IPCA	32.785	-	(711)	1.473	(1.735)	31.813
CDI	267.793	-	(105.200)	6.997	(11.809)	157.781
IGPM	51.888	-	(11.141)	5.936	(4.077)	42.606
Total ao custo	3.789.591	-	(481.641)	278.395	(264.120)	3.322.227
Gastos com captação (*)	(22.302)	(1.103)	-	2.632	-	(20.773)
Total	3.767.289	(1.103)	(481.641)	281.027	(264.120)	3.301.454
Circulante	476.262					404.779
Não Circulante	3.291.027					2.896.675

(*) Conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2019	31/12/2018	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo - Moeda Nacional					
Pré fixado					
FINEM	Pré fixado de 2,5% a 4,5%	42.136	58.778	2012 a 2022	(i) Alienação fiduciária de equipamentos (ii) Penhor e Cessão fiduciária de direitos creditórios (iii) Conta Reserva e Centralizadora (iv) Penhor de direitos emergentes das autorizações (v) Penhor de Ações; (vi) Fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid
FINAME	Pré fixado de 2,5% a 5,5%	30.179	61.910	2011 a 2023	(i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Cessão fiduciária de direitos creditórios; (iii) Conta Reserva e Contra Centralizadora; (iv) Fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid
FINEP	Pré fixado de 3,5%	-	3.360	2013 a 2019	Fiança Bancária
BNB	Pré fixado de 9,5% a 10,14%	392.036	419.192	2012 a 2037	(i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Cessão e vinculação de receita; (iii) Penhor de ações; (iv) Penhor dos direitos emergentes das autorizações; (v) Conta Reserva; (vi) Fiança Bancária; (vii) Fiança da CPFL Renováveis
TJLP		464.351	543.240		
FINEM	TJLP e TJLP + de 1,72% a 5,5%	2.623.868	2.893.885	2012 a 2039	(i) Penhor e Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Penhor e cessão fiduciária de direitos creditórios (iii) Contas Reserva e Centralizadora; (iv) Penhor de Ações (v) Penhor de direitos emergentes das autorizações pela Aneel; (vi) Penhor de Ações das Beneficiárias; (vii) Fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid; (viii) Fiança Bancária
FINEP	TJLP + 5%	1.808	-	2019 a 2021	Fiança Bancária
IPCA		2.625.676	2.893.885		
BNB	IPCA + 2,08%	31.813	32.785	2018 a 2038	Fiança Bancária
CDI					
Empréstimos bancários	105% do CDI e CDI + 1,9%	157.781	267.793	2016 a 2023	Estrutura de ações preferenciais resgatáveis e Fiança da CPFL Renováveis
IGPM					
Empréstimos bancários	IGPM + 8,63%	42.606	51.888	2014 a 2023	(i) Alienação fiduciária de equipamentos e de recebíveis; (ii) Penhor de ações da SPE, de direitos emergentes autorizados pela ANEEL e de recebíveis de contratos de operação
Total moeda nacional		3.322.227	3.789.591		
Gastos com captação (*)		(20.773)	(22.302)		
Total		3.301.454	3.767.289		

A Companhia e suas controladas, em consonância com o CPC 48 e IFRS 9, classificou suas dívidas como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado contra resultado. Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2021	104.797	372.561
2022	102.165	378.421
2023	96.446	363.210
2024	83.642	281.743
2025	84.598	262.810
2026 a 2030	187.801	943.959
2031 a 2035	-	227.898
2036 a 2040	-	66.074
Total	659.450	2.896.675

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, estão abaixo demonstrados:

Indexador	Variação acumulada %		Controladora % da dívida		Consolidado % da dívida	
	2019	2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
IGP-M	7,30	7,54	7,43	-	1,52	-
TJLP	6,30	6,72	92,57	71,30	92,86	87,97
CDI	5,97	6,40	-	28,70	5,62	12,03
			100,00	100,00	100,00	100,00

Principais adições no exercício

No exercício de 2019, a Companhia e suas controladas não obtiveram novas liberações de empréstimos e financiamentos.

Pré-pagamento:

No ano de 2019, foram liquidados antecipadamente R\$ 81.420 de empréstimos cujos vencimentos originais eram até dezembro de 2019.

Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pelas empresas do Grupo exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2019.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias da Companhia, detentoras dos contratos

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a um índice que varia entre 1,0 e 1,3.
- Índice de Capitalização Própria maior ou igual a um índice que varia entre 25,0% e 39,5%.
- Índice de Endividamento Geral menor ou igual a 80%.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,55.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,72.

Índice exigido nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power Participações S.A. ("State Grid Brazil")

- Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total (desconsiderando os efeitos do IFRIC 12/OCPC 01) maior ou igual a 0,3.

A definição de EBITDA na Companhia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela Companhia e suas subsidiárias naquelas empresas (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

Em 2018, a Companhia obteve do BNDES a não declaração de vencimento antecipado na hipótese de não cumprimento do ICSD nas demonstrações financeiras de sua subsidiária Bio Ester e dos índices financeiros ICSD, Dívida Líquida dividida pelo EBITDA e Patrimônio Líquido dividido pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida nas demonstrações financeiras de suas subsidiárias Bio Coopcana e Bio Alvorada.

Adicionalmente, na mesma ocasião, a Companhia também obteve a anuência para a exclusão da exigência de manutenção dos índices mencionados a partir do exercício de 2019.

A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração do Grupo, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2019.

(17) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos e atualização monetária	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2019
Pós fixado						
TJLP	370.732	-	(54.821)	25.724	(3.750)	337.885
CDI	914.924	838.000	(753.343)	70.112	(73.049)	996.644
IPCA	270.431	-	(16.140)	33.767	(7.360)	280.699
Total ao custo	1.556.087	838.000	(824.304)	129.603	(84.158)	1.615.228
Gastos com captação (*)	(18.484)	(229)	-	6.887	-	(11.826)
Total	1.537.603	837.771	(824.304)	136.490	(84.158)	1.603.402
Circulante	285.931					201.019
Não circulante	1.251.672					1.402.384

Consolidado

Modalidade	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos e atualização monetária	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2019
Pós fixado						
TJLP	481.100	-	(70.761)	33.386	(4.732)	438.993
CDI	1.060.614	838.000	(898.405)	74.773	(78.338)	996.644
IPCA	270.431	-	(16.140)	33.768	(7.360)	280.699
Total ao custo	1.812.145	838.000	(985.306)	141.927	(90.429)	1.716.336
Gastos com captação (*)	(20.599)	(228)	-	7.745	-	(13.082)
Total	1.791.545	837.772	(985.306)	149.672	(90.429)	1.703.254
Circulante	343.731					212.251
Não circulante	1.447.814					1.491.001

(*) Conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Consolidado		Vencimento	Garantias	
		31/12/2019	31/12/2018			
Mensurado ao custo - Pós fixado						
TJLP	TJLP + 1%	(c)	438.993	481.100	2009 a 2029	Alienação fiduciária
CDI	De 104,75% a 110% do CDI	(a)	996.644	1.060.614	2015 a 2022	Não existem garantias
IPCA	IPCA + 5,62%	(b)	280.699	270.431	2019 a 2027	Fiança da CPFL Energia
			1.716.334	1.812.145		
	Custos de captação (*)		(13.082)	(20.599)		
	Total		1.703.252	1.791.545		

Taxa efetiva:

(a) De 104,75% a 110,77% do CDI

(b) IPCA + 5,62%

(c) TJLP + 1%

A Companhia, em consonância com os CPC 48 e IFRS 9, classificou suas debêntures como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2021	35.610	46.685
2022	788.493	799.568
2023	394.295	405.370
2024	36.781	47.856
2025	36.781	47.856
2026 a 2030	110.423	143.667
Total	1.402.384	1.491.001

Principais adições no exercício

Os recursos obtidos pelas principais adições abaixo tiveram a destinação para o plano de investimentos, refinanciamento de dívidas e reforço de capital de giro das controladas e o pagamento de juros é semestral.

Modalidade Empresa	Emissão	Quantidade emitida	Montantes R\$ mil		Pagamento de juros	Amortização principal	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual
			Liberado em 2019	Liberado líquido dos gastos de emissão				
Moeda nacional - CDI								
CPFL Renováveis	9ª emissão 1ª série	30.000	300.000	299.955	Semestral	Parcela única em novembro de 2022	104,75% do CDI	105,45% do CDI
CPFL Renováveis	9ª emissão 2ª série	53.800	538.000	537.815	Semestral	3 parcelas semestrais a partir de novembro de 2022	106% do CDI	106,66% do CDI
			838.000	837.771				

Pré-pagamento:

No ano de 2019, foram liquidados antecipadamente R\$ 682.980 de debêntures cujos vencimentos originais eram de maio de 2020 a novembro de 2028.

Condições restritivas

As debêntures emitidas pelas empresas do Grupo exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2019.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras individuais de subsidiárias da Companhia, emissoras das debêntures

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,2.
- Dívida Líquida dividida pelos Dividendos Recebidos menor ou igual a 3,5.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, para debêntures emitidas pela Companhia e suas subsidiárias

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 4,0.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 1,75.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração do Grupo, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2019.

(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	-	17.077	19.613
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	-	8.318	8.786
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	-	25.395	28.398
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	348	62	2.746	5.027
Programa de integração social - PIS	2.454	1.024	3.262	1.968
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	9.941	4.751	13.705	9.121
Outros	4.096	3.699	6.232	5.530
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	16.839	9.536	25.945	21.647
Total Circulante	16.839	9.536	51.340	50.045
Não circulante				
ICMS a pagar	-	-	805	772
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	-	-	805	772
Total Não circulante	-	-	805	772

O Grupo possui ainda alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 19.1 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais.

(19) PROVISÕES

	Controladora		Consolidado			
	Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 19.1)	928	1.999	-	-	24.979	26.151
Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos (nota 19.2)	62.288	29.235	24.485	22.489	203.844	110.261
Total	63.216	31.235	24.485	22.489	228.823	136.412

19.1 Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

	Consolidado			
	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	2.270	1.567	3.302	1.851
Cíveis	20.679	3.351	20.820	3.094
Fiscais	2.029	9.200	2.029	8.754
Outros	-	-	-	12
Total	24.979	14.118	26.151	13.712

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros está demonstrada a seguir:

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2018	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2019
Trabalhistas	3.302	1.764	(1.685)	(1.203)	92	2.270
Cíveis	20.820	64	(129)	(83)	7	20.679
Fiscais	2.029	36	(5)	(31)	-	2.029
Total	26.151	1.864	(1.819)	(1.317)	99	24.979

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que o Grupo é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração do Grupo.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários das prestadoras de serviços terceirizadas.
- Cíveis** - Referem-se, principalmente, a indenizações decorrentes de desapropriação de terras ou servidão de passagem, procedimentos arbitrais, e indenizações por perdas em razão de descumprimento de cláusulas contratuais.
- Fiscais** - Refere-se, principalmente, a cobrança de tributos, especialmente o Imposto Sobre Serviços (ISS) e cobrança abusiva para emissão/renovação de alvará de funcionamento.

Perdas possíveis:

O Grupo é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estavam assim representadas:

	Consolidado		Principais causas
	31/12/2019	31/12/2018	
Trabalhistas	2.613	3.919	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	343.785	272.591	Danos pessoais e majoração tarifária
Fiscais - outros	809.852	685.878	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatório	3.590	56.248	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	1.159.840	1.018.636	

- a. **Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários das prestadoras de serviços terceirizadas.
- b. **Cíveis** - Referem-se, principalmente, a indenizações decorrentes de desapropriação de terras ou servidão de passagem, procedimentos arbitrais, e indenizações por perdas em razão de descumprimento de cláusulas contratuais.
Em 2014, a Bio Pedra apresentou requerimento de arbitragem contra a Companhia, no montante atualizado de R\$ 235.501, com declaração de inadimplência da Companhia no tocante às obrigações decorrentes do contrato de constituição de consórcio, referente à indenização em razão das perdas relacionadas ao inadimplemento contratual. condenação das Requeridas ao pagamento das custas e despesas processuais, honorários despesas com árbitros e custas da arbitragem. Baseado no parecer dos assessores jurídicos da Companhia, a administração discorda da cobrança, bem como do valor arbitrado, e entende que o risco de perda é possível.
- c. **Fiscais** - Refere-se, principalmente, a cobrança de tributos, especialmente o Imposto Sobre Serviços (ISS) e cobrança abusiva para emissão/renovação de alvará de funcionamento. Adicionalmente, em agosto de 2016 a Companhia recebeu um auto de infração no montante atualizado de R\$ 344.261 referente à cobrança de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre remuneração do ganho de capital incorrido aos residentes e/ou domiciliados no exterior, decorrente da transação de venda da Jantus SL, ocorrida em dezembro de 2011, o qual a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável.
- d. **Outros: Liminar GSF** – Em continuidade ao processo da Liminar GSF, em 7 de maio de 2018 o Juizado Federal deferiu o pedido de atribuição de efeito suspensivo à apelação interposta pela APINE para a sentença de 16 de fevereiro de 2018, mantendo a eficácia da decisão liminar inicialmente proferida em favor da associação e de seus associados, obtida em 1 de julho de 2015, a qual suspende o pagamento dos valores de GSF.

Em 23 de outubro de 2018, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) revogou a liminar que protegia os associados da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE) dos efeitos do risco hidrológico (GSF) na liquidação do mercado de curto prazo. A decisão do STJ veio em um recurso da ANEEL.

Na decisão, manteve-se a suspensão do ajuste do MRE entre 1º de julho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018. A cobrança ocorreu em novembro de 2018 para as liquidações posteriores a essa data. A Companhia e suas controladas efetuaram o pagamento do GSF de abril a setembro de 2018, no montante de R\$ 35.919. Esse pagamento não gerou impactos no resultado da Companhia e suas controladas, tendo em vista o provisionamento do montante de GSF dentro do período de competência.

Na data de aprovação dessas demonstrações financeiras continuava mantida a suspensão do pagamento dos valores de GSF de julho de 2015 a fevereiro de 2018. Os demais valores de 2018 e posteriores, estão sendo pagos mensalmente.

A Administração do Grupo, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

19.2 Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos

Referem-se principalmente a provisões relacionadas a licenças socioambientais decorrentes de eventos já ocorridos e obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,22%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

Controladora					
	31/12/2017	Incorporação	Ajuste a valor presente	31/12/2018	
Desmobilização de ativos	-	28.440	795	29.235	
Total	-	28.440	795	29.235	

Controladora					
	31/12/2018	Adições	Ajuste a valor presente	Efeitos da revisão da taxa de desconto	31/12/2019
Desmobilização de ativos	29.235	16.571	4.672	11.811	62.288
Total	29.235	16.571	4.672	11.811	62.288

Consolidado						
	31/12/2017	Adições	Pagamentos	Reversão	Ajuste a valor presente	31/12/2018
Desmobilização de ativos	99.212	9.592	-	(7.908)	7.815	108.711
Custos socioambientais	24.742	-	(2.133)	-	1.430	24.039
Total	123.954	9.592	(2.133)	(7.908)	9.245	132.750
Circulante	16.140					22.489
Não Circulante	107.814					110.261

Consolidado						
	31/12/2018	Adições	Pagamentos	Ajuste a valor presente	Efeitos da revisão da taxa de desconto	31/12/2019
Desmobilização de ativos	108.711	14.529	-	12.570	67.513	203.323
Custos socioambientais	24.039	1.579	(1.964)	1.352	-	25.006
Total	132.750	44.956	(1.964)	13.923	67.513	228.329
Circulante	22.489					24.485
Não Circulante	110.261					203.844

(20) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	-	-	-	-	4.003	4.225	-	-
Folha de pagamento	1.459	1.409	-	-	1.487	1.435	-	-
Participação nos lucros	10.397	12.302	972	-	10.749	12.704	972	-
Outros	1.798	72.745	-	-	13.684	73.109	24.593	1.657
Total	13.654	86.456	972	-	29.922	91.473	25.565	1.657

(21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações			
	31/12/2019		31/12/2018	
	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %
CPFL Geração de Energia S.A.	277.251.717	53,18%	259.748.799	51,56%
CPFL Energia S.A.	243.771.824	46,76%	-	0,00%
State Grid Brazil Power Participações S.A.	-	0,00%	243.771.824	48,39%
Demais acionistas	291.550	0,06%	290.866	0,05%
Total	521.315.091	100,00%	503.811.489	100,00%

21.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 3.698.060 (R\$ 3.398.048 em 31 de dezembro de 2018), representado por 521.315.091 (503.811.489 em 31 de dezembro de 2018) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

21.2 Oferta Pública de Ações (“OPA”)

No período de 1º de janeiro a 22 de outubro de 2018, a Companhia divulgou Fatos Relevantes que informaram aos seus acionistas e ao mercado em geral as tratativas entre a State Grid Brazil, a Comissão de Valores Mobiliários – representada pela Superintendência de Registro de Valores Mobiliários – SER e por seu Colegiado e determinados acionistas, e por fim, o arquivamento do Edital de Oferta Pública de Aquisição de Ações Ordinárias da Companhia.

O Fato Relevante datado de 26 de novembro de 2018, informa que, como resultado do Leilão, a State Grid adquiriu 243.771.824 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de 48,39% do capital social. As ações ordinárias foram adquiridas pelo preço unitário de R\$ 16,85 (R\$ 14,60, com data-base de 23 de janeiro de 2017, atualizado pela Selic), totalizando o valor de R\$ 4,1 bilhões. A liquidação financeira do Leilão ocorreu no dia 29 de novembro de 2018 e, em seguida, State Grid e CPFL Geração de Energia S.A. (controlada indiretamente pela State Grid), passaram a deter, em conjunto, 503.520.623 ações ordinárias de emissão da Companhia, que equivalem aproximadamente a 99,94% do capital social total da Companhia.

Em 19 de dezembro de 2019 o Conselho de administração da Companhia e a Diretoria da CPFL Geração aprovaram a realização de oferta pública de aquisição das ações ordinárias de emissão da CPFL Energias Renováveis, em circulação no mercado, para fins de conversão de seu registro de companhia aberta categoria “A” para categoria “B” (“OPA Conversão de Registro”) e/ou saída do Novo Mercado (“OPA Saída do Novo Mercado”), e, em conjunto com a OPA Conversão de Registro, “OPA”), a ser realizada pela CPFL Geração, acionista controladora direta da CPFL Renováveis. A efetivação da OPA está condicionada ao seu registro pela CVM e sua autorização pela B3, e será destinada à aquisição de até 291.550 ações ordinárias de emissão da CPFL Renováveis em circulação no mercado, que representam, nessa data, 0,056% do capital social CPFL Renováveis (“Ações em Circulação”).

21.3 Integralização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (“AFAC”)

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 4 de junho de 2019, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, no montante de R\$ 300.012, mediante a emissão de 17.503.602 novas ações, ao preço de emissão de R\$ 17,14 por ação. As novas ações atribuíveis à controladora CPFL Geração de Energia S.A. foram subscritas e integralizadas com o saldo da conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC).

21.4 Compra e venda de ações entre CPFL Energia e State Grid Brazil

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia divulgou Fato Relevante através do qual comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que recebeu, na mesma data, correspondência da sua controladora indireta, CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia”), informando que a mesma adquiriu a totalidade da participação detida diretamente pela State Grid Brazil na Companhia, em contrapartida ao pagamento do preço de aquisição de R\$ 16,85 por ação.

A operação permitiu a criação de potenciais sinergias entre a CPFL Energia e suas controladas, correspondendo a um primeiro passo de uma possível reestruturação mais ampla ainda a ser avaliada envolvendo a CPFL Energia, a CPFL Renováveis e outras controladas.

21.5 Reserva de capital

Refere-se basicamente ao registro de operações de combinação de negócios e oferta pública de ações no montante de R\$ 592.347 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 592.347 em 31 de dezembro de 2018).

De acordo com o ICPC 09 (R2) e IFRS 10 / CPC 36, estes efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e contabilizados diretamente no Patrimônio Líquido.

21.6 Reserva de lucros

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 224.956 (R\$ 124.646 em 31 de dezembro de 2018), que compreende: i) Reserva Legal de R\$ 11.244 (R\$ 6.413 em 31 de dezembro de 2018); ii) Reserva de lucros a realizar de R\$ 49.789 (R\$ 26.840 em 31 de dezembro de 2018) constituída sobre os montantes de dividendos mínimos obrigatórios que excederam a parcela realizada do lucro líquido do exercício social de 2018, conforme Art. 197 da Lei nº 6.404/76; e iii) Reserva estatutária de reforço de capital de giro de R\$ 163.923 (R\$ 91.393 em 31 de dezembro de 2018).

O montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A. totalizou o valor de R\$ 22.949. Tendo em vista, entretanto, que uma parcela do lucro líquido do exercício de 2019 referente às equivalências patrimoniais de suas subsidiárias diretas ainda não foi realizada, não haverá declaração e distribuição do referido montante a título de dividendos mínimos obrigatórios, sendo proposta a alocação de tal valor para a Reserva de Lucros a Realizar, nos termos do inciso II do artigo 202 da Lei das S.A..

21.7 Resultado abrangente acumulado – Custo atribuído

Determinados empreendimentos foram avaliados pelo custo atribuído (“*deemed cost*”). O saldo líquido da mais-valia, no montante de R\$ 56.973 (valor original) foi registrado na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”. O saldo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 29.070 (R\$ 32.753 em 31 de dezembro de 2018).

21.8 Dividendo e destinação do lucro líquido do exercício

Conforme o Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2019 está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício	96.628
(+) Realização de ajuste de avaliação patrimonial	3.683
Lucro base para destinação	100.311
Reserva legal	(4.831)
Reserva de lucros a realizar	(22.949)
Constituição de reserva de reforço de capital de giro	(72.532)

(22) LUCRO POR AÇÃO

Resultado por ação – básico e diluído

O cálculo do resultado por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi baseado no lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados. Especificamente para o cálculo do resultado por ação diluído, consideram-se os efeitos dilutivos de instrumentos conversíveis em ações, conforme demonstrado:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Numerador		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	96.628	109.264
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	513.827.439	503.417.824
Lucro por ação - básico	0,19	0,22
Numerador		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	96.628	109.264
Efeito dilutivo de debêntures conversíveis	(13.772)	(14.597)
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	<u>82.856</u>	<u>94.667</u>
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	513.827.439	503.417.824
Lucro por ação - diluído	0,16	0,19

O efeito dilutivo do numerador no cálculo de lucro por ação diluído considera os efeitos dilutivos das debêntures conversíveis em ações emitidas por controladas da Companhia (nota 17). Os efeitos foram calculados considerando a premissa de que tais debêntures seriam convertidas em ações ordinárias das controladas no início do exercício.

(23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Biomassa	-	-	286.065	284.533
Eólicas	471.802	192.871	1.180.740	1.249.176
Pequenas Centrais Hidrelétricas	-	-	569.834	502.349
Solar	-	-	386	396
Suprimento de energia elétrica	471.802	192.871	2.037.025	2.036.453
Outras receitas e rendas	3.832	110	5.927	7.949
Total da receita operacional bruta	475.634	192.981	2.042.952	2.044.402
Deduções da receita operacional				
PIS	(7.848)	(3.184)	(18.941)	(18.266)
COFINS	(36.148)	(14.667)	(87.338)	(84.236)
Outros	(22.061)	(25.698)	(8.663)	(5.582)
	(66.057)	(43.549)	(114.942)	(108.084)
Receita operacional líquida	409.577	149.432	1.928.011	1.936.318

Até 31 de julho de 2018, a receita operacional com venda de energia da controladora referia-se apenas à venda de energia no curto prazo para composição de lastro de suas controladas. A partir de 1º de agosto de 2018, a receita operacional da controladora também compreende a receita pela venda da energia gerada pelos parques eólicos incorporados nas operações de reestruturação societária mencionadas na nota 12.6.

(24) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Energia comprada para revenda	120.927	89.915	224.924	239.171
Crédito de PIS e COFINS	(10.601)	(9.433)	(5.997)	(8.192)
Subtotal	110.326	80.482	218.927	230.979
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	27.219	6.826	103.460	100.894
Crédito de PIS e COFINS	(2.408)	(631)	(2.753)	(11.527)
Subtotal	24.811	6.195	100.707	89.367
Total	135.136	86.677	319.634	320.346

Até 31 de julho de 2018, o custo com energia elétrica da controladora referia-se apenas à aquisição de energia no curto prazo para composição de lastro de suas controladas. A partir de 1º de agosto de 2018, o custo com energia elétrica da controladora também compreende os custos associados à geração de energia pelos parques eólicos incorporados nas operações de reestruturação societária mencionadas na nota 12.6.

(25) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custo de operação	Controladora									
	Despesas Operacionais								Total	
	2019		2018		Gerais e					
					Vendas		administrativas		Outros	
2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	
Pessoal	1	-	-	-	83.464	72.500	-	-	83.465	72.500
Material	8.083	1.893	-	-	2.352	1.763	-	-	10.435	3.656
Serviços de terceiros	29.671	6.346	20	-	35.180	31.155	-	-	64.851	37.501
Outros	6.803	1.130	-	-	8.551	9.862	8.192	73.685	23.546	84.677
Arrendamentos e aluguéis	5.439	830	-	-	4.424	5.554	-	-	9.863	6.384
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	560	680	-	-	560	680
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	739	1.390	-	-	739	1.390
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	8.192	73.685	8.192	73.685
Outros	1.364	300	-	-	2.828	2.238	-	-	4.192	2.538
Total	44.558	9.369	20	-	129.547	115.280	8.192	73.685	182.297	198.334

Custo de operação	Consolidado									
	Despesas Operacionais								Total	
	2019		2018		Gerais e					
					Vendas		administrativas		Outros	
2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	
Pessoal	30.195	28.314	-	-	84.675	74.076	-	-	114.870	102.390
Material	18.195	24.069	-	-	2.441	2.147	-	-	20.636	26.216
Serviços de terceiros	156.847	120.431	28	-	46.322	48.864	-	-	203.197	169.295
Outros	42.652	33.358	-	-	12.790	14.126	10.697	61.822	66.139	109.306
Arrendamentos e aluguéis	18.759	16.817	-	-	7.150	8.606	-	-	25.909	25.423
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	552	815	-	-	552	815
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	2.149	1.387	-	-	2.149	1.387
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	10.697	61.822	10.697	61.822
Amortização de prêmio pago - GSF	3.926	3.869	-	-	-	-	-	-	3.926	3.869
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-	780	-	-	-	-	-	-	-	780
Outros	19.967	11.892	-	-	2.939	3.318	-	-	22.906	15.210
Total	247.892	206.172	28	-	146.228	139.213	10.697	61.822	404.842	407.207

(26) RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	15.604	8.809	73.216	93.076
Atualizações monetárias, juros e multas	1.320	794	2.363	2.943
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(1.797)	(866)	(2.877)	(3.360)
Receita decorrente de liquidações CCEE	20.496	9.018	89.510	32.547
Outros	1.317	-	10.446	6.489
Total	36.940	17.755	172.658	131.695
Despesas				
Encargos de dívidas	(155.299)	(164.791)	(372.548)	(450.671)
Atualizações monetárias e cambiais	(35.210)	(24.643)	(48.471)	(70.496)
(-) Juros capitalizados	-	-	-	10.591
Juros sobre contratos de mútuo	(69.991)	(108.547)	(25.601)	(17.069)
IOF	(319)	(9.179)	(475)	(12.140)
Despesa decorrente de liquidações CCEE	(21.731)	(14.799)	(81.883)	(27.055)
Outros	(19.116)	(23.743)	(47.314)	(68.980)
Total	(301.666)	(345.702)	(576.292)	(635.820)
Resultado financeiro	(264.726)	(327.947)	(403.634)	(504.125)

Em 2019, não houve juros capitalizados (8,27% a.a. em 2018) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1) e IAS 23.

(27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui como controlador direto a CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração") com 53,18% das ações e como controlador indireto a CPFL Energia com 46,76% das ações, que detém 100% do capital social da CPFL Geração, e possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia e de suas controladas.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- Alocação de despesas** – Refere-se a (i) rateios de despesas de mão-de-obra e fiança bancária, incluindo despesas financeiras de 2,7% sobre o saldo devedor de dois instrumentos de debêntures da Companhia com sua controladora CPFL Energia; e (ii) rateio de despesas entre as controladas da Companhia.
- Adiantamento para futuro aumento de capital** – Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") efetuado pela acionista CPFL Geração em dezembro de 2016 e integralizado em junho de 2019 (nota 21).
- Mútuos** – Referem-se a (i) mútuos entre a CPFL Renováveis e suas controladas, com vencimento até agosto de 2038, para fazer frente às necessidades de caixa, cujos contratos eram remunerados a TJLP+2% até 31 de agosto de 2018 e passaram a ser remunerados a 97,7% do CDI a partir de 1º

de setembro de 2018; e (ii) mútuos com a CPFL Energia, com vencimentos até julho de 2020, para mitigação do risco de liquidez da Companhia, remunerados a 107% do CDI.

- d) **Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia, através de contratos de curto ou longo prazo. Estas transações, quando realizadas no mercado regulado, tem seus preços definidos através de mecanismos estabelecidos pelo Poder Concedente.

O Grupo possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2019, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 12.057 (R\$ 12.076 em 2018), referentes a benefícios de curto prazo.

O saldo de mútuo na controladora, no montante de R\$ 658.533, refere-se substancialmente ao mútuo com a controladora indireta CPFL Energia, com vencimento até julho de 2020 e remunerado a 107% do CDI.

O saldo de adiantamento para futuro aumento de capital, em 31 de dezembro de 2019, na controladora, no montante de R\$ 274.399, refere-se a aportes enviados majoritariamente para as controladas, PCH Holding 2 (R\$ 123.115), Turbina 17 (R\$ 50.878), Boa Vista 2 (R\$ 39.000), Costa das Dunas (R\$ 17.589), Farol de Touros (R\$ 16.210) e Gameleira (R\$ 11.248).

As transações com as entidades sob controle comum referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos pelas controladas da Companhia e pagos a subsidiárias diretas ou indiretas da State Grid Corporation of China.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia, são como seguem:

	Consolidado			
	PASSIVO		DESPESA	
	31/12/2019	31/12/2018	2019	2018
Compra e venda de energia e encargos				
Entidades sob o controle comum (Controladas da State Grid Corporation of China)	(61)	(16)	8.842	543

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia, são como seguem:

	Consolidado							
	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/Custo	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Alocação de despesas								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	203	-	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	(23)	-	-	-	-	-
CPFL Geração Energia S.A.	-	-	(11)	-	-	-	-	-
CPFL Serviços Equipamentos Indústria e Comércio S.A.	-	-	(7)	-	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	24	-	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos de Infraestrutura Ltda.	-	-	(7)	-	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda.	-	-	21	-	-	-	-	-
Adiantamentos								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	37.299	29.333	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	1.284	683	-	-	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	1.769	2.123	-	-	-	-
Companhia Jaguari de Energia	-	-	301	321	-	-	-	-
RGE Sul Distribuidora Energia S.A.	-	-	879	578	-	-	-	-
BAESA – Energética Barra Grande S.A.	-	-	622	657	-	-	-	-
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas	-	-	1.005	1.065	-	-	-	-
Chapecoense Geração S.A.	-	-	882	930	-	-	-	-
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	-	-	1.098	1.155	-	-	-	-
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba	-	-	396	418	-	-	-	-
Compra e venda de energia e encargos								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	44.175	41.573	-	-	518.710	499.901	-	2.917
CPFL Geração Energia S.A.	-	-	-	-	-	14	-	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda	-	-	-	823	-	-	-	2.655
Companhia Paulista de Força e Luz	1.250	692	524	629	10.869	6.929	5.430	5.261
Companhia Piratininga de Força e Luz	1.986	799	-	-	16.887	8.497	-	191
Companhia Luz e Força Santa Cruz	66	-	-	-	66	-	-	-
Companhia Leste Paulista Energia	5	-	-	-	5	-	-	-
Companhia Sul Paulista Energia	9	-	-	-	9	-	-	-
Companhia Jaguari de Energia	72	29	-	-	1.128	201	-	1
Companhia Luz e Força de Mococa	2	-	-	-	2	-	-	-
CPFL Serviços Equipamentos Indústria e Comércio S.A.	-	-	-	324	-	-	-	4.853
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	28	-	-	-	334
Rio Grande Energia S.A.	114	-	-	-	114	-	40	-
RGE Sul Distribuidora Energia S.A.	216	61	8	8	2.532	558	57	109
CPFL Transmissora Piracicaba S.A.	-	-	-	-	-	-	9	6
CPFL Transmissora Morro Agudo	-	-	-	-	-	-	9	5
Imobilizado, materiais e prestação de serviços								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	-	11
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	(3)	-	-	-	-	3
RGE Sul Distribuidora Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	2
CPFL Geração Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	114	-
CPFL Serviços Equipamentos Indústria e Comércio S.A.	-	-	209	-	-	-	1.906	-
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	12.863
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	72	-	-	-	212	-
Nect Serviços Administrativos de Infraestrutura Ltda.	-	-	-	-	-	-	1.369	-
Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda.	-	-	410	-	-	-	410	-
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda.	-	-	2.697	-	-	-	2.697	-
Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logística Ltda.	-	-	32	-	-	-	16	-
BAESA – Energética Barra Grande S.A.	-	-	-	-	-	-	(35)	(35)
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas	-	-	-	-	-	-	(60)	(60)
Chapecoense Geração S.A.	-	-	-	-	-	-	(49)	(49)
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	(57)	(57)
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba	-	-	-	-	-	-	(22)	(22)
Aluguel								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	19	-	87	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	-	10	-	162	-
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	5	-	-	-
CPFL Geração Energia S.A.	-	-	-	-	7	-	-	-
Mútuo								
CPFL Geração Energia S.A.	-	-	-	407.729	-	-	19.811	17.069
CPFL Energia S.A.	-	-	422.082	-	-	-	5.814	-
Adiantamento para futuro aumento de capital								
CPFL Geração Energia S.A.	-	-	-	300.000	-	-	-	-
Outros								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	72.497	-	-	2.082	4.852

(28) SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar apólices para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Nas contratações de seguros a Companhia é auxiliada por corretores que possuem expertise do mercado e lhes dá um parâmetro de benchmarking para o desenho das apólices.

Os ativos em construção possuem apólices contratadas de forma isolada, já que cada obra possui características e cronogramas diferentes. É prática comum a Companhia contratar 100% do valor em risco como limite máximo de indenização, já que não se pode determinar uma porcentagem da obra que terá perda máxima no caso de uma catástrofe.

Já para os ativos em operação, a prática é agrupar as usinas por tipo de geração (Pequenas Centrais Hidrelétricas, Usinas Térmicas a Biomassa e Usinas Eólicas) para contratação das apólices. É prática de

mercado a determinação da usina de maior valor para estipular o limite máximo de indenização da apólice de riscos operacionais, já que contratar como limite o montante total do valor em risco caracteriza uma situação pouco provável ou nula, em que todas as usinas teriam perda total no mesmo período.

Sendo assim, prefere-se assegurar com um limite que dê conforto para cobrir totalmente a usina de maior valor no caso de uma catástrofe, ou qualquer outra usina de menor valor na apólice. No caso de utilizar-se todo o limite da apólice, o mercado de seguros fornece mecanismos de reintegração do risco, pagando um prêmio proporcional por isso.

Todas as novas contratações e renovações são aprovadas pelo gestor da área de seguros. Para as apólices de risco operacional das Usinas Eólicas, Biomassas e Pequenas Centrais Hidrelétricas a Diretoria também é informada sobre a renovação.

No consolidado as principais coberturas de seguros são:

Descrição	Ramo da apólice	31/12/2019
	Riscos operacionais - Danos materiais, lucros cessantes e riscos de engenharia	2.265.560
Ativo imobilizado		
Transporte	Transporte nacional	396
Automóveis	Cobertura para terceiros	3.396
Responsabilidade civil	Distribuidoras de energia elétrica	140.000
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	110.025
Garantia	Seguro garantia	137.724
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	203.000
Total		2.860.101

(29) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia e de suas controladas compreendem, principalmente, geração de energia elétrica de fontes renováveis.

Estrutura do gerenciamento de risco

No Grupo, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho da Administração, Diretoria Executiva, Gerência de Auditoria Interna e Riscos Compliance e áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Renováveis deliberar sobre as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites. Adicionalmente, cabe a este fórum, tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), bem como acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Renováveis compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais o Grupo está exposto bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva da CPFL Renováveis cabe a condução dos negócios dentro dos limites de risco definidos, devendo esta tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação.

A Gerência de Auditoria Interna, e Riscos e Compliance é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos no Grupo, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais o Grupo está exposto, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos das empresas do Grupo e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 30.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: Este risco está associado a venda de energia produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Em 2019 foram observadas chuvas abaixo do normal, principalmente no segundo semestre, levando a uma redução dos níveis de armazenamento nos reservatórios.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia e suas controladas utilizam-se de sistema de *software* (Luna e Bloomberg), tendo condições de calcular o *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia e suas controladas suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia e suas controladas têm a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não realizam transações envolvendo derivativos especulativos.

(30) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível (*)	Controladora		Consolidado	
				31/12/2019		31/12/2019	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 1	57.586	57.586	412.579	412.579
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 2	43.881	43.881	449.786	449.786
Total				101.467	101.467	862.365	862.365
Passivo							
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (**)	790.929	828.234	3.301.454	3.304.686
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (**)	1.603.403	1.637.217	1.703.252	1.711.505
Total				2.394.332	2.465.451	5.004.706	5.016.191

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7

Legenda

(a) - Mensurado ao valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) mútuos entre coligadas, controladas e controladora, e (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados.
- Passivos financeiros: fornecedores.

Adicionalmente, não houve em 2019 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado (basicamente por taxas de juros) irão afetar os ganhos da Companhia e de suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia e de suas controladas. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma a Companhia e suas controladas estão

quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (CDI, IGP-M, IPCA e TJLP), conforme demonstrado abaixo.

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2019 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Consolidado						Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
	Exposição	Risco	Receita (despesa) - R\$ mil					
			Taxa no ano	Taxa cenário provável (a)	Cenário provável			
Instrumentos financeiros ativos	1.413.733				64.183	48.138	32.092	
Instrumentos financeiros passivos	(1.170.040)				(53.120)	(39.840)	(26.560)	
	243.693	baixa CDI	5,97%	4,54%	11.063	8.298	5.532	
Instrumentos financeiros passivos	(45.010)				(1.382)	(1.727)	(2.073)	
	(45.010)	alta IGP-M	7,30%	3,07%	(1.382)	(1.727)	(2.073)	
Instrumentos financeiros passivos	(3.154.923)				(160.586)	(200.732)	(240.878)	
	(3.154.923)	alta TJLP	6,30%	5,09%	(160.586)	(200.732)	(240.878)	
Instrumentos financeiros passivos	(306.049)				(13.986)	(17.483)	(20.980)	
	(306.049)	alta IPCA	4,20%	4,57%	(13.986)	(17.483)	(20.980)	
Total	(3.262.289)				(164.891)	(211.644)	(258.399)	
Efeitos no resultado abrangente acumulado					-	-	-	
Efeitos no resultado do ano					(164.891)	(211.644)	(258.399)	

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

Adicionalmente, as dívidas com exposição a indicadores pré-fixados gerariam uma despesa de R\$ 34.562.

c) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

Contas a receber de clientes

O histórico de perdas na Companhia e suas controladas em decorrência de não recebimento de saldos de venda de energia é irrelevante. A Companhia e suas controladas não estão expostas a um elevado risco de crédito, sendo que eventuais inadimplências são mitigadas por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Adicionalmente, os saldos a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, monitora a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pela ANEEL, o que reduz o risco de crédito nas transações realizadas. A Administração não identificou em 31 de dezembro de 2019 e 2018 saldos de contas a receber de clientes que necessitassem de constituição de provisão para perdas.

Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários

A Companhia e suas controladas limitam a exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívidas que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um rating de pelo menos AA- (*Fitch, Moody's e S&P*).

A Companhia e suas controladas consideram que os depósitos vinculados têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou em 31 de dezembro de 2019 e 2018 títulos que tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável.

d) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo

detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2019, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2019	Nota explicativa	Consolidado						Total
		Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores	15	136.608	31	78	104.206	-	-	240.923
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	68.924	100.837	483.878	1.188.936	995.229	1.982.035	4.819.839
Debêntures - principal e encargos	17	8.404	2.352	257.282	1.000.978	504.506	263.101	2.036.623
Outros	20	8.176	-	-	-	-	-	8.176
Consumidores e concessionárias		8.143	-	-	-	-	-	8.143
EPE / FNDCT / PROCEL		33	-	-	-	-	-	33
Total		222.112	103.220	741.238	2.294.120	1.499.735	2.245.136	7.105.561

(31) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia e de suas controladas relacionados a contratos de longo prazo em 31 de dezembro de 2019, são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2019	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Arrendamentos e aluguéis	6 anos	6.911	15.320	17.005	58.998	98.234
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	29 anos	82.140	170.750	172.242	2.383.146	2.808.277
Prêmio de Risco - Repactuação do Risco Hidrológico	28 anos	9.575	24.100	25.940	199.891	259.506
Total		98.626	210.170	215.187	2.642.035	3.166.017

31.1 Compromissos de aquisição de negócios (preço complementar)

A Companhia firmou compromisso com o sócio não controlador referente a pagamento complementar na compra das SPEs Cajueiro Energia S.A., Baixa Verde Energia S.A. e Navegantes Energia S.A., condicionado à viabilização dos parques eólicos para participação em leilões de energia para construção de empreendimentos. Caso a transação seja completada, a Companhia deverá desembolsar o montante de R\$ 7.901 (valor atualizado monetariamente pelo IGP-M até 31 de dezembro de 2019).

(32) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Transações oriundas de incorporação:				
Contas a receber	-	33.405	-	-
Outros créditos	-	18.131	-	-
Impostos a recuperar	-	43.705	-	-
Impostos diferidos (ativo)	-	10.739	-	-
Impostos diferidos (passivo)	-	(352.369)	-	-
Fornecedores	-	(5.623)	-	-
Adiantamento de clientes	-	(100.453)	-	-
Obrigações tributárias	-	(9.852)	-	-
Provisão de custos socio ambientais no imobilizado	-	(28.440)	-	-
Outros passivos	-	(1.155)	-	-
AFACs	-	(152.720)	-	-
Empréstimos com controladas e controladora	-	(409.973)	-	-
Investimentos em controladas	-	(754.221)	-	-
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	-	195.500	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	-	87.057	-	-
Aquisição de imobilizado	-	778.576	-	-
Aquisição de intangível	-	921.120	-	-
Captação de empréstimos	-	(364.155)	-	-
Captação de debêntures	-	(371.581)	-	-
	-	(462.309)	-	-
Outras transações				
Encargos financeiros capitalizados	-	-	-	10.591
Transferência entre imobilizado e intangível	71	189	1.366	1.724
Transferência de aplicações financeiras para cauções	7.825	-	7.815	-
Transferência entre imobilizado e outros créditos	926	-	926	5.650
Transferência entre imobilizado e outros impostos a pagar (não circulante)	-	-	-	751
Transferência entre provisão GSF para fornecedores	-	-	-	154.694
Dividendos deliberados com controladas	316.751	466.765	-	-
Dividendos deliberados com minoritários	-	-	11.897	13.511
Fornecedores de imobilizado	-	-	-	1.467
Provisão para perda de investimento	290	5	-	-
Aumento de capital com AFACs com controladas	4.217	-	-	-
Aumento de capital com AFACs de minoritários	-	-	111	-
Aumento de capital com AFACs	300.012	271.271	300.012	-
Aumento de capital com a dívida da CPFL Geração	-	72.497	-	-
Deságio em compra de participação de minoritários de controladas	-	1.096	-	-
Pagamento de mútuo com dividendos de minoritários	-	-	81	377
Pagamento de mútuo com redução de capital em controladas	91.488	-	-	-
Provisão de custos socioambientais no imobilizado	28.382	-	83.620	1.684

(33) PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios, como seguro de vida, assistência médica e plano opcional de complementação de aposentadoria, entre outros, sob o regime de contribuição definida. A contabilização desses benefícios obedece ao regime de competência e sua concessão cessa ao término do vínculo empregatício.

Em julho de 2012, a Companhia firmou um Plano Gerador de Benefício Livre com a Bradesco Vida e Previdência S.A. O plano é composto por Planos Coletivos de Previdência Complementar Aberta - PGBL, regulamentados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. O Plano Gerador de Benefício Livre é estruturado na modalidade de contribuição paritária visto que a Patrocinadora está limitada ao percentual que ela acordou contribuir para o fundo e o valor do benefício pós-emprego recebido pelo funcionário é determinado pelo montante de contribuições pagas pela patrocinadora e pelo funcionário, acrescido dos retornos obtidos sobre os investimentos. Em consequência, o risco atuarial de que os benefícios sejam inferiores ao esperado e o risco de investimentos (riscos de que os ativos investidos sejam insuficientes para cobrir os benefícios esperados) são assumidos pelo funcionário, já que a escolha do tipo de renda para a contribuição parte empregado é livre para o mesmo.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não haviam saldo de contribuição a pagar pela Companhia. A despesa registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 904 (R\$ 816 em 31 de dezembro de 2018).

(34) EVENTOS SUBSEQUENTES

34.1 Empréstimos e Financiamentos

De 1º de janeiro de 2020 até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, as controladas da Companhia captaram recursos através de empréstimos e financiamentos, com as seguintes condições e detalhes:

Modalidade Empresa	Montantes R\$ mil	Pagamento de juros	Amortização de Principal	Destinação dos recursos	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
	Liberado até março de 2020						
Moeda Estrangeira - Lei 4.131 Dólar							
CPFL Renováveis	120.000	Semestral	Anual a partir de fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + 2,07%	USD + 2,07%	CDI + 0,80%
	120.000						



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da CPFL Energias Renováveis S.A., no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras do Exercício Social de 2019 e, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia, e nos exames efetuados e considerando o relatório, sem ressalvas dos auditores independentes, KPMG Auditores Independentes, datado de 05 de março de 2020, são de opinião que os referidos documentos estão em condição de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, a ser realizada em 29 de abril de 2020.

Campinas, 05 de março de 2020.

Chenggang Liu

Ran Zhang

Vinicius Nishioka

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BO WEN
Presidente

GUSTAVO ESTRELLA
Vice-presidente

KARIN REGINA LUCHESI
YUNWEI LIU
FERNANDO MANO DA SILVA
FUTAO HUANG
JOSÉ ROBERTO DE MATTOS CURAN
Conselheiros

CONSELHO FISCAL

RAN ZHANG
Presidente

VINICIUS NISHIOKA
CHENGGANG LIU
Conselheiros

DIRETORIA

FERNANDO MANO DA SILVA
Diretor Presidente

Futao Huang
Vice Diretor Presidente

Yuehui Pan
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores

Kebing Zhou
Vice Diretor Financeiro Adjunto

Alberto dos Santos Lopes
Diretor de Engenharia e Obras

Fernando Mano da Silva
Diretor de Novos Negócios designado e
Diretor de Operação e Manutenção interino

CONTABILIDADE

MÁRCIO CÉLIO PORPHIRIO MENDES
Coordenador de Serviços Contábeis
CT CRC 1SP251528/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da CPFL Energias Renováveis S.A.

Campinas – São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CPFL Energias Renováveis S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CPFL Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e

consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável dos ativos fiscais diferidos

Veja a Nota 3.13 e 9 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, cuja realização está suportada por estimativas de lucros tributáveis futuros preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e suportadas em seu plano de negócios. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros, que são a base para reconhecimento do valor recuperável dos créditos tributários e ao fato de qualquer mudança nas metodologias e premissas para a determinação dessas estimativas poder impactar de forma relevante o valor desses ativos e, conseqüentemente, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises quanto à probabilidade da existência de lucros tributáveis futuros. Com o suporte de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos a razoabilidade e consistência dos dados e premissas e das metodologias utilizadas pela Companhia na projeção de lucros tributáveis futuros, especialmente as relativas ao crescimento econômico projetado, volume e preço de venda de energia e comparamos com dados disponíveis no mercado e com o histórico da própria Companhia. Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos. Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação dos ativos fiscais diferidos, os quais não foram registrados e divulgados pela administração, por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos fiscais diferidos, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Provisão para custos de desmobilização de ativos

Veja a Nota 3.6 e 19.2 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria

A Companhia e suas controladas de geração eólica possuem contratos de arrendamento dos terrenos onde estão instalados os parques eólicos com obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato. Estimar os custos associados a estas atividades

Como auditoria endereçou esse assunto

Com auxílio de nossos especialistas em risco ambientais, consideramos o plano de provisionamento de desmonte pela Administração da Companhia com o auxílio de peritos externos contratados, observando a razoabilidade, coerência e justificativas técnicas para o provisionamento apresentado. Avaliamos, com auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, a razoabilidade e a consistência das premissas utilizadas na definição da taxa

futuras envolve julgamentos significativos em relação a fatores como o montante a ser despendido a título de desmantelamento dos parques eólicos e a taxa de desconto utilizada para calcular o ajuste a valor presente da estimativa. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas dos gastos futuros, que são a base para o reconhecimento da Provisão para desmobilização de ativos e o nível de incerteza para a determinação da sua estimativa e determinação da taxa de desconto, que pode impactar o valor dessa provisão nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria.

de desconto utilizada na determinação do valor da Provisão para custos de desmobilização de ativos e avaliamos a adequação da divulgação da Provisão para custos de desmobilização de ativos.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que, apesar de imateriais, afetaram a mensuração e a divulgação das provisões para desmobilização de ativos, os quais foram ajustados pela administração. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis os saldos da provisão para custos de desmobilização de ativos, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 05 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP-027685/F

Thiago Rodrigues de Oliveira

Contador CRC 1SP259468/O-7



DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da CPFL Energias Renováveis S.A, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge Figueiredo Corrêa, nº 1.632, Jardim Professora Tarcília, CEP 13087-397 - Campinas - SP - Brasil, inscrita no CNPJ sob nº 08.439.659/0001-50, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da **CPFL Energias Renováveis** de 31 de dezembro de 2019;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da **CPFL Energias Renováveis** de 31 de dezembro de 2019.

Campinas, 04 de março de 2020.

Fernando Mano da Silva
Diretor Presidente

Futao Huang
Diretor Vice-Presidente

Yuehui Pan
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores

Kebing Zhou
Vice-Diretor Financeiro Adjunto

Alberto dos Santos Lopes
Diretor de Engenharia e Obras

Fernando Mano da Silva
Diretor de Novos Negócios designado e Diretor
de Operação e Manutenção interino